

Dalila da Graça de Azevedo Campos
Monteiro Afonso

**"Gaia Emprega +"
Um Projeto de Educação e
Intervenção Social no contexto do
Programa Rede Social**

MESTRADO EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO
SOCIAL, ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
COMUNITÁRIO E EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Dalila da Graça de Azevedo Campos
Monteiro Afonso

**"Gaia Emprega +"
Um Projeto de Educação e
Intervenção Social no contexto do
Programa Rede Social**

Projeto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de
MESTRE EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL, ESPECIALIZAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Orientação

Prof. Doutor Hugo Monteiro

Mestre Liliana Lopes

MESTRADO EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO
SOCIAL, ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
COMUNITÁRIO E EDUCAÇÃO DE ADULTOS

AGRADECIMENTOS

A importância que o Outro tem nas nossas vidas é frequentemente secundarizada e por vezes até esquecida.

É nessa medida, que entendo o simbolismo e o significado deste espaço em que expresso o meu apreço por quantos me estiveram próximos neste caminho de retorno à vida de estudante.

Assim sendo passo a agradecer:

Ao corpo docente da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto com o qual privei e que me fez sentir parte desta Casa, apesar da minha formação académica de base não ser Educação Social, mas sim Serviço Social.

À minha orientadora a Professora Liliana Lopes o desafio ao questionamento, a partilha, a disponibilidade e a preciosa ajuda.

À Professora Ivaneida Mendes e ao Professor Hugo Monteiro as reflexões.

Ao Professor Eduardo Vítor Rodrigues, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Gaia, a pronta recetividade e disponibilidade demonstradas.

Às colegas que fiz no Mestrado a atenção, companheirismo e confronto de ideias.

Às participantes do “Gaia Emprega +” a confiança e empenhamento.

Às amizades que nasceram e cresceram a partir das relações trabalho, que muito preservo, pelo carinho que me têm dado ao longo dos tempos.

E... às minhas âncoras. Ao meu porto seguro, a minha Família por toda a paciência, dedicação e amor.

Aceitem a minha profunda gratidão.

RESUMO

O Programa Rede Social é uma medida de política social que assenta o seu discurso no envolvimento dos atores sociais e no desenvolvimento local. Fundamenta-se nos conceitos de cidadania, participação e faz do combate à pobreza e à exclusão social o seu objetivo primeiro. Apresenta instrumentos de trabalho específicos e um modelo de organização de base municipal e de freguesia.

O Projeto que agora se apresenta insere-se num processo de revisão de um Plano de Desenvolvimento Social, em que a opção metodológica recaiu na Investigação Ação Participativa, tendo por isso como esteio a participação dos sujeitos implicados

Foi um Projeto que procurou inovar práticas sociais, no contexto da intervenção social vocacionada para jovens desempregados licenciados e exigiu um trabalho de reflexão e avaliação contínua.

Porque tinha um propósito de mudança social, implicou uma tomada de consciência de todos os seus participantes e partiu de um processo de transformação que começou por ser individual, mas que veio a ser igualmente grupal.

Palavras-chave: Programa Rede Social; Participação; Cidadania; Investigação Ação Participativa.

ABSTRACT

The Program “Rede Social” is a measure of social policy that is based on the involvement of social actors and local development. It is based on the concepts of citizenship, participation and makes the fight against poverty and social exclusion its first objective. It presents specific instruments of work and a model of organization of municipal base and of parish.

The present Project is part of a process of revision of a Plan of Social Development, in which the methodological option fell in the Participatory Action-Research, having as a mainstay the participation of the subjects involved.

It was a Project that sought to innovate social practices in the context of social intervention aimed at young unemployed graduates and required a work of reflection and continuous evaluation.

Because it had a purpose of social change, it implied an awareness of all its participants and started from a process of transformation that began by being individual, but which came to be equally group.

Keywords: Program “Rede Social”; Participation; Citizenship; Participatory Action-Research.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	1
CAPITULO 1: PODER LOCAL	6
1. Poder local e políticas sociais	6
1.1. Poder local pobreza e exclusão social: breves notas	6
1.2. Intervenção social autárquica	11
1.2.1. Cidadania	11
1.2.2. Parceria	13
1.2.3. Intervenção em rede: Programa Rede Social	14
CAPÍTULO 2: ANÁLISE DA REALIDADE	19
2. O contexto do projeto	19
2.1. Marca Gaia	19
2.2. Revisão do Plano de Desenvolvimento Social	26
CAPÍTULO 3: O PROJETO “GAIA EMPREGA +”	34
3. Um desafio em formato de projeto	34
3.1. Participantes	34
3.2. Eixos estruturantes	37
3.3. Metodologia, técnicas de recolha de informação e avaliação	42
3.4. Desenho do projeto	47
3.4.1. Que problemas e necessidades	49
3.4.2. Visão e finalidade	52
3.4.3. Objetivos	53
3.5. Desenvolvimento do projeto e avaliação	55

3.5.1. Ações	55
3.5.2. Indicadores e resultados esperados	72
3.5.3. Avaliação final do processo	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
Referências	82
ANEXOS	89
Anexo 1: Declaração	90
APÊNDICES	91
Apêndice 1: Ficha A1 – “Dar voz aos profissionais”	92
Apêndice 2: Ficha A1 – “Dar voz aos profissionais”	94
Apêndice 3: Ficha A1 – “Dar voz aos profissionais”	98
Apêndice 4: Ficha A1 – “Dar voz aos profissionais”	100
Apêndice 5: Ficha A2 – “Inovando criando uma resposta à medida”	101
Apêndice 6: Ficha A2 – “Inovando criando uma resposta à medida”	104
Apêndice 7: Ficha A2 – “Inovando criando uma resposta à medida”	105
Apêndice 8: Ficha A2 – “Inovando criando uma resposta à medida”	107
Apêndice 9: Ficha A2 – “Inovando criando uma resposta à medida”	108
Apêndice 10: Ficha A2 – “Inovando criando uma resposta à medida”	109
Apêndice 11: Ficha A2 – “Inovando criando uma resposta à medida”	110
Apêndice 12: Ficha A2 – “Inovando criando uma resposta à medida”	112
Apêndice 13: Ficha A2 – “Inovando criando uma resposta à medida”	113

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: 10 pilares para o desenvolvimento	20
Quadro 2: Síntese dos conteúdos dos 10 pilares para o desenvolvimento	20
Quadro 3: Dados demográficos	22
Quadro 4: Desemprego registado	24
Quadro 5: Desemprego registado segundo o grupo etário	24
Quadro 6: Desemprego registado segundo os Níveis de Escolaridade	25
Quadro 7: Planeamento Estratégico categorias de análise	47
Quadro 8: Problemas, necessidades e potencialidades	51

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Escada da participação em detalhe

40

LISTA DE ABREVIATURAS

A - Ação

AMP – Área Metropolitana do Porto

C. M. Gaia – Câmara Municipal de Gaia

CIPP - Contexto-Input-Processo-Produto

CLAS – Conselho Local de Ação Social

DLBC - Desenvolvimento Local de Base Comunitária

DS – Diagnóstico Social

IEFP – Instituto do Emprego e da Formação Profissional

OE – Objetivo específico

OG – Objetivo geral

ONU – Organização das Nações Unidas

PDS – Plano de Desenvolvimento Social

PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

PNAI – Plano de Ação para a Inclusão

INTRODUÇÃO

O relatório do Projeto “Gaia Emprega +” que agora se apresenta insere-se no âmbito do 2º ano do Mestrado em Educação e Intervenção Social, Especialização em Desenvolvimento Comunitário e Educação de Adultos, ministrado na Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico do Porto.

Desenvolveu-se no contexto do Programa Rede Social, no âmbito da revisão do Plano de Desenvolvimento Social (PDS), no Concelho de Vila Nova de Gaia.

Porque não há presente sem passado e “ (...) sem consciência histórica sobre o nosso passado (e antepassados...) não perceberíamos quem somos” (Pais, 1999, citado por Alves, 2009, p. 18), houve que recuar até à denominada Revolução dos Cravos para compreender que a mesma provocou em Portugal um conjunto de transformações sociopolíticas e jurídicas que se revestiram da maior importância e marcaram o futuro do país.

A aprovação da Constituição de 1976 constituiu um marco histórico e deve-se-lhe a afirmação do poder local, não obstante ao longo dos tempos terem sido notórias fragilidades e até alguns estrangulamentos face ao poder central, especialmente por efeito da dependência financeira.

Contudo, as dinâmicas geradas foram investindo o poder local de um cunho particular em cada território e fruto disso têm sido as diferentes formas de enfrentar os problemas sociais, os quais na atualidade se centram em questões estruturantes e frequentemente transversais da sociedade portuguesa, sendo disso exemplos a ação social, o ambiente, a cultura, a educação, o emprego e a saúde, de entre outros.

É nessa medida que “actualmente as políticas sociais atravessam pressões e mudanças significativas, trazendo para o Poder Local, novos paradigmas de intervenção perante situações de pobreza e exclusão social” (Ribeiro, 2011, p. 18).

Por isso mesmo, o Programa Rede Social nasceu com um modelo diferenciado de conceção e governação a nível local, de base municipal e de freguesia, remetendo para uma dimensão de práticas de cidadania e participação, quer por parte de instituições, quer dos cidadãos, muito em particular os que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social.

Assenta nos princípios de subsidiariedade, integração, articulação, participação, inovação e igualdade de género e lança instrumentos próprios de trabalho: o Diagnóstico Social (DS), o PDS, o Plano de Ação e o Sistema de Informação. De entre estes destaca-se o PDS enquanto instrumento com um ciclo de vida próprio, que se sustenta num compromisso entre parceiros, em que são definidas as prioridades, elencadas estratégias, apontadas responsabilidades, para responder aos problemas e às necessidades localmente enunciadas, com vista ao processo de desenvolvimento no respetivo território.

Por tudo isto, tornou-se relevante refletir sobre o exercício do direito de participação na construção do PDS por parte dos profissionais chamados para os momentos de trabalho de construção de uma nova proposta e assumir um posicionamento de mudança face a práticas profissionais há muito instituídas.

Esta posição partiu do entendimento de que a Educação de Adultos se associa ao desenvolvimento, que se concretiza pela participação dos atores, sendo o trabalho um contexto de aprendizagem (Bernardo, 2015). Foi com esta perspetiva que o presente Projeto de investigação decorreu no período de revisão do PDS em Vila Nova de Gaia, Concelho no qual exerço a minha atividade profissional.

Partindo da análise da realidade, em que um conjunto de indicadores apontava para a singularidade desta área geográfica, em que imperava desemprego estrutural, com uma expressão mais acentuada do que a sentida na Área Metropolitana do Porto onde se insere, encontrava-se um município que politicamente se afirmava apostado em lançar o que designava por “Marca Gaia” que consistia numa ideia de desenvolvimento, de coesão e de inclusão social para o seu território.

Tendo sido um Concelho pioneiro do Programa Rede Social, o seu CLAS já funcionava há vários anos, e em 2016 desafiou um grupo específico de profissionais, no qual me integrava, a criar intervenções concretas para problemas que haviam sido apontados no Plenário como prioritários: redistribuição de bens e o desemprego jovem qualificado, leia-se jovens licenciados desempregados.

A metodologia de trabalho para executar estas diretrizes foi em formato de reuniões coletivas de trabalho, organizadas pelo núcleo executivo e pelo avaliador externo.

Os primeiros momentos trouxeram à luz da evidência que, tal como no passado, a expectativa de participação se situava nos níveis de consulta, de dar opinião acerca de propostas, o que veio a revelar-se como não sendo consensual, tendo emergido do coletivo um pequeno grupo de reflexão, do qual fiz parte ativa.

Este grupo partilhava de uma mesma leitura de problemas e necessidades, construiu alianças estratégicas e co construiu a ideia de um outro modelo interventivo, participado que partisse dos problemas e anseios dos sujeitos, e que se baseou numa experiência feita por um dos seus membros, tendo como eixos estruturantes os princípios da democracia participativa, exercício de cidadania e mudança social.

Fizeram do respeito pela voz do outro, da sua capacidade de autodeterminação pilares estruturantes do Projeto, porque compreenderam que “o indivíduo não espera que alguém se encarregue dele, espera sim uma ajuda para reencontrar a sua dignidade, desenvolver as suas capacidades de iniciativa e de afirmação de si mesmo” (Gaulejac, in Zilhão, coord., 2012, p. 24).

À tomada de consciência inicialmente individual seguiu-se a grupal e a reflexão coletiva sustentou a análise da realidade, a determinação de objetivos e de ações. A metodologia de Investigação Ação Participativa foi a opção assumida porque “...valoriza a prática, tornando-a talvez, o seu elemento chave... prática e reflexão assumem ... uma interdependência muito

relevante... traz à luz inúmeros problemas para resolver, inúmeras questões para responder, inúmeras incertezas, ou seja, inúmeras oportunidades para reflectir” (Coutinho et al., 2009, p. 358). A investigação ação emancipatória, critica, foi pois um facilitador do processo intencional de mudança preconizada pelo grupo.

Inovação, partilha de experiência, de conhecimento, processo negocial e avaliação contínua foram essenciais para que esta outra forma de abordagem ao problema do desemprego entre jovens licenciados chegasse ao plenário do CLAS e mais tarde viesse a integrar a proposta de revisão do PDS para 2017-2021, merecendo a aprovação do Plenário do CLAS em julho de 2017.

O “ Gaia Emprega +” foi acima de tudo uma experiência de vivência democrática, de afirmação do direito à participação, não no seu sentido mais comum e usual de representatividade, mas na sua expressão de co construção, de partilha, feita de divergências e convergências e, por isso mesmo, de uma enorme riqueza para todos quantos nele participaram e da mesma retiraram as devidas aprendizagens, pois como salienta Lima “... a educação é um processo, seja ele formal ou informal, em que mais ou menos activa e propositadamente participamos durante toda a vida...” (2003, p. 186).

Em termos de estrutura o relatório do Projeto organizou-se em três capítulos:

O primeiro centrado nas questões do poder local, em que com breves notas se faz uma ligação entre o poder local a pobreza e a exclusão social, uma alusão à intervenção social autárquica, dando enfoque às questões de cidadania, parceria e intervenção em rede, mais concretamente ao Programa Rede Social.

O segundo capítulo em que se procede à análise da realidade, em termos do contexto do Projeto, designadamente do concelho de Vila Nova de Gaia e revisão do PDS.

O terceiro capítulo que contempla o que denominei de um desafio em formato de Projeto, em que são caracterizados participantes, eixos estruturantes, desenho (problemas, necessidades, visão, finalidade e

objetivos), desenvolvimento e avaliação (ações, indicadores e resultados esperados), e avaliação final do processo.

Seguem-se as considerações finais que são um último momento de reflexão sobre o Projeto, surgindo no final os anexos e apêndices.

CAPITULO 1: PODER LOCAL

1. PODER LOCAL E POLÍTICAS SOCIAIS

“As autarquias locais são pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas”
(n.º 2, art.º 235, da Constituição da Republica Portuguesa, VII Revisão Constitucional [2005]).

1.1. PODER LOCAL POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL: BREVES NOTAS

Das transformações operadas pela revolução de 25 de abril de 1974 destaca-se a institucionalização do poder local, com a definição constitucional das autarquias locais (freguesias, municípios e regiões administrativas), respetivos órgãos políticos, competências (no sentido de as dotar de autonomia administrativa) formas de financiamento (no sentido da sua autonomia financeira) e a consagração da sua eleição por sufrágio direto e universal dos cidadãos.

Mas a transformações havidas foram mais além.

O quadro constitucional a partir da Constituição de ... 1976, reconhece um alargado conjunto de direitos sociais” que “enquadram-se, sobretudo, na necessidade de distribuição de rendimentos e na protecção aos mais

vulneráveis, sob a lógica de princípios como os da solidariedade e da igualdade (Amador, Varela, & Soares, 2015, p. 3).

Num cenário de profundas mudanças as autarquias locais passaram a apresentar todo um potencial de afirmação e um espaço de intervenção que poderia centrar-se no “desenvolvimento económico e a criação de emprego, uma maior participação na acção social, aos cuidados básicos de saúde, no fomento da educação, do desporto, da cultura, no ordenamento do território e protecção do ambiente” (Marques, 1983, citado por Cerca, 2007, p. 25-26).

Mas a afirmação do poder local, considerado “como Estado local” (Branco, 1994, p. 183) veio a demonstrar-se como um processo gradual e com algumas limitações, particularmente no que à descentralização diz respeito.

Conforme Rodrigues (1993), entende-se que a consagração institucional do princípio da descentralização não é suficiente para garantir um poder local, na medida em que as autarquias se encontram ainda muito dependentes da forte estrutura central. Sobretudo dependência financeira gera grandes debilidades à economia local, pois qualquer mudança política e económica do poder central, cria necessariamente estrangulamentos às políticas de desenvolvimento autárquico. Isto significa que a acção do Poder Local pode estar muito dependente das orientações partidárias e dos interesses políticos (Ribeiro, 2011, p. 16).

É neste sentido que a intervenção autárquica inevitavelmente terá que ser vista no contexto do território onde ocorre, das características socioeconómicas do mesmo, do exercício do poder político próximo ou distante dos agentes locais, das lideranças estabelecidas e das redes existentes em cada comunidade (Ruivo, 2002).

Em alguns territórios o poder local vai assumir um papel assaz relevante em matéria de intervenção social, muito para além do legislado, incrementando práticas de combate a fenómenos localizados de exclusão social, a que o estado central não responde, o que é tido por alguns autores como uma manifestação do empreendedorismo local (Ruivo, 2002).

Analisando comparativamente a Constituição Portuguesa de 1976 e a de 1984, verifica-se que as competências atribuídas às autarquias locais focalizavam-se diretamente nas questões relacionadas com as infraestruturas básicas o mesmo não sucedendo na área social (Amador, Varela, & Soares, 2015).

Daí traduzir-se “numa multiplicidade de tipos de medidas políticas e de formas de acção política que ora assumirão determinada forma, ora ali tomarão outro figurino” (Ruivo, 1990, citado por Ruivo, 2002, p. 21). Justifica-se por isso fazer-se apelo ao conceito de territorialização “entendido como o espaço de referência onde se manifestam os problemas e necessidades individuais, mas também as relações sociais, os recursos e potencialidades” (Fanqueiro, 2002, citado por Vasconcelos, 2011, p. 39).

As dinâmicas locais são portanto um dos elementos explicativos para intervenções autárquicas tão diferenciadas no combate a fenómenos de pobreza e exclusão social.¹

Porque a referência a estes dois conceitos é fulcral e recorrente, ainda que de forma sintética, apresenta-se como importante definir cada um deles.

A pobreza “é aqui entendida como uma situação de privação resultante de falta de recursos (...) a privação consiste numa situação de carência... constitui, em si mesma, um problema que reclama solução” (Costa, coord., 2008, p. 26). Para este investigador a pobreza só é superada quando é

¹ Em Ruivo 2002 é possível aceder aos resultados de uma investigação levada a efeito em dois municípios portugueses que evidenciam o papel das redes locais e o papel que as mesmas desempenham na execução de políticas sociais.

ultrapassada a falta de recursos, ligada à satisfação de necessidades básicas, podendo igualmente relacionar-se com parâmetros de rendimentos, por correlação ao limiar de pobreza (2008).

Esta privação pode assumir uma magnitude que se acentua consoante “o número de sistemas sociais envolvidos” (Costa, coord., 2008, p. 63) e remete-nos por isso para a exclusão social, a qual contempla uma dimensão de análise que se liga às questões simbólicas, relacionais, de posicionamento social, de inclusão social e de participação, numa perspetiva multidimensional, cumulativa e contém em si mesmo fatores de reprodução social (Rodrigues, Samagaio, Ferreira, Mendes & Januário, n.d.).

Deste modo, Costa considera que existe uma complementaridade entre pobreza e exclusão social, pois “a pobreza representa uma forma de exclusão social, ou seja, que não existe pobreza sem exclusão social. O contrário, porém, não é válido. Com efeito não existem formas de exclusão social que não impliquem pobreza” (Costa, coord., 2008, p. 63).

Na atualidade de um contexto em que se registaram profundas alterações dos modos de produção e de organização social, há novos grupos populacionais afetados por estes fenómenos, os “novos pobres”, por contraposição a uma “pobreza antiga” e que não são mais do que pessoas que apresentam uma grande fragilidade social, vivenciando situações de privação a vários níveis (Neves et al., 2010, citado por Ribeiro, 2011) e num conjunto de domínios (Costa, 2008).

Ao processo de modernização das sociedades atuais associou-se a noção de sociedade de risco, em que todos os sujeitos passam a estar expostos e em que os processos protetores tradicionais não conseguem ser a resposta necessária aos problemas que se colocam. É uma ideia de “incerteza na sociedade, em que os conflitos sociais são tratados como problemas de risco” (Stoer et al., 2003, citado por Figueira, 2013, p. 8) e em que “os perigos não estão limitados a um determinado nível espacial, temporal ou social: os riscos afetam todos os países e todas as classes sociais, em que as consequências

são globais e não meramente pessoais” (Giddens, 2008, citado por Figueira, 2013, p. 8).

Pode-se afirmar que se está perante uma verdadeira revolução sociocultural (Boutinet, in Carré & Caspar, 1999), em que os sujeitos passam a ter percursos incertos e a integração no mercado de trabalho, fonte de segurança e estatuto social, pode não acontecer necessariamente na sequência da formação inicial.

O desemprego e a inexistência de rendimentos podem associar-se a percursos de dependência de apoios por parte dos sujeitos, com perda de autonomia, uma vez que é fundamental assegurar a sobrevivência (Gaulejac, 2012, in Zilhão, coord., 2012). O processo passa então para um patamar de desinserção social, com quebra de laços de pertença e conseqüentemente de redes de apoio na esfera privada, para haver a necessidade de procura de apoio institucionais, podendo dar lugar a dessocialização (Gaulejac, 2012, in Zilhão, coord., 2012). Para este autor ao nível do simbólico, estão criadas condições para a estigmatização do sujeito, experienciando “o sentimento de não ter qualquer utilidade, ou mesmo de ser prejudicial, em todo o caso, priva-o de dignidade, de razão para existir, de valor. Esta imagem de impotência social torna muito difícil projectar-se no futuro com um papel activo e valorizado” (2012, p. 19).

Confrontado com o eclodir destes fenómenos e com pressões/ameaças mais ou menos visíveis à coesão social, o poder local passou a integrar no seu discurso novos conceitos: desenvolvimento local, como “um processo de mudança, promovendo a melhoria das condições de vida da população, centrado numa comunidade de pequena dimensão com uma identidade comum” (Amaro, 2009, citado por Coimbra, 2012, p. 1); desenvolvimento participativo enquanto “um modo de estruturar o desenvolvimento realizado a partir do território, no qual são introduzidas inovações, geradas ali mesmo ou trazidas de fora, sempre com intensa participação da comunidade” (Instituto de Tecnologia Social, 2007, citado por Coimbra, 2012, p. 2); desenvolvimento social entendido como “o processo de garantia de condições

sociais mínimas, bem como de promoção da dimensão social do bem-estar, por parte dos responsáveis dos vários países e organizações internacionais” (Amaro, 2004, citado por Coimbra, 2012, p. 2).

Porém, combater a pobreza e a exclusão social remete-nos para o campo da mudança social, que segundo Guijt se define “como o esforço consciente para contrabalançar o impacto de injustiças económicas, sociais e políticas que afectam as pessoas mais vulneráveis, marginalizadas e pobres, incluindo o acesso desequilibrado a recursos, bens e serviços” (2008, citado por Gomes, 2015, p. 13).

1.2. INTERVENÇÃO SOCIAL AUTÁRQUICA

“A rede social assenta no trabalho de parceria alargada, efectiva e dinâmica e visa o planeamento estratégico da intervenção social local, que articula a intervenção de diferentes agentes locais para o desenvolvimento social”

(n.º2, art.º 3º do Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho, p. 4277).

Refletir acerca da intervenção social seja na ótica do estado central ou do poder autárquico, remete-nos para princípios centrais à definição de políticas sociais: cidadania e parceria.

1.2.1. Cidadania

Após a Conferência de Copenhaga que decorreu em 1995, sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), aquando da Cimeira Mundial do

Desenvolvimento Humano, o desenvolvimento social passa a ser percebido como se alicerçando “num conjunto de pressupostos que visam reforçar a intervenção da sociedade civil e comunidade, favorecendo os mecanismos de participação, sobretudo daquelas pessoas que se encontram em situação de exclusão” (Vasconcelos, 2011, p.35).

Consequentemente, as políticas sociais surgem fortemente ligadas aos territórios, com a intencionalidade de serem próximas dos cidadãos, emergindo a concepção de que a nível local existem dinâmicas próprias, recursos e meios que poderão ser fatores preponderantes na erradicação da pobreza e da exclusão social.

Logo cidadania e direitos sociais surgem ligados, sendo que segundo Sousa Santos “o capitalismo organizado caracteriza-se pela passagem da cidadania cívica e política para a cidadania social” (Sousa Santos, 2013, citado por Gomes, 2015, p. 7), pelo que há quem argumente que a participação e capacidade de intervenção dos cidadãos vêm motivando a reformulação do citado conceito (Gomes, 2015).

Daí que “... o contrato social assenta, não numa obrigação política vertical do cidadão-Estado, como sucede no modelo liberal, mas antes numa obrigação política horizontal cidadão-cidadão na base da qual é possível fundar uma associação política participativa” (Sousa Santos, 1997, citado por Santos, 2016, p. 37).

Deste modo, Sousa Santos é crítico quanto às consequências que o modelo de cidadania da sociedade atual opera nos sujeitos, pois na sua perspetiva torna-os “receptáculos passivos de estratégias de produção, enquanto força de trabalho, de estratégias de consumo, enquanto consumidores e de estratégias de dominação, enquanto cidadãos da democracia de massas” (Sousa Santos, 2013, citado por Gomes, 2015, p. 8).

Defende ainda a existência de um conflito que emerge entre a ideia de igualdade subjacente à de cidadania e à de subjetividade, valorizando-se a primeira e subalternizando-se a identidade e singularidade de cada sujeito na esfera de uma participação social que se advoga como igual para todos. Por

consequente, é possível considerar-se que a cidadania apresenta dois vetores, o de igualdade e o outro de desigualdade, que não são dissociáveis dos conceitos de exclusão e de inclusão social (Gomes, 2015).

1.2.2. Parceria

O conceito de parceria pode ser compreendido como a conciliação de formas de entendimento entre atores sociais, em que apesar de manterem posicionamentos próprios, encontram formas convergentes de entendimento para a prossecução de fins comuns (Alves, 2010).

Desta forma, a parceria “é mais do que a soma das partes” (Estivil, 1994, citado por Aves, 2010, p. 33), implica um processo de negociação e retrata um tipo de intervenção que não corresponde necessariamente à forma de trabalhar e de estar de cada parceiro separadamente (Alves, 2010), o que leva Carrilho a referir que se está perante “a adopção do princípio da responsabilidade mútua” (2008, p. 85).

As relações que se estabelecem alicerçam-se em fatores de atração “em torno da utilização de recursos e/ou descoberta de interesses comuns articuláveis” (Hiernaux, 1997, citado por Carrilho, 2008, p. 85) e podem, de acordo com Rodrigues e Stoer (1998, in Carrilho, 2010), estruturar-se em dois tipos de modelo: de cima para baixo (modelo estruturado, com uma dada organização para dar resposta a decisões políticas) ou de baixo para cima (modelo informal, que agrega os parceiros em volta de um interesse comum).

Desta forma os resultados alcançados pela rede dependem da capacidade de conjugação de esforços e do dinamismo que os parceiros põem no processo.

No entanto e, de acordo com Carrilho, a parceria só se torna efetiva quando um conjunto de pressupostos-chave está presente na relação que se estabelece entre os atores, o que passa “pela natureza diversa dos parceiros,

as relações de parceria estabelecidas geograficamente e por projecto, a predisposição para negociar e actuação com base na mudança” (2008, p. 86).

1.2.3. Intervenção em rede: Programa Rede Social

Pensar a intervenção autárquica, no âmbito do Programa Rede Social, deve passar pela compreensão de que “a noção de rede denota o conjunto de laços e relações de diversos tipos e intensidades, que ligam um actor social a outros actores, bem como os eventuais laços desses outros actores entre si” (Costa, Machado & Almeida, 1990, citado por Alves, 2010, p. 29).

Ao nível local a intervenção em rede é vista na perspetiva do funcionamento das redes secundárias, em que num contexto concreto, interagem agentes sociais diversificados, para um determinado fim.

Estas redes têm um objetivo bem definido e podem ter um pendor formal quando se estruturam para “cumprir funções ou a fornecer serviços” (Abreu, 2003, p. 72) ou informal por não estarem oficializadas e não comportarem uma afetação bem determinada de papéis, pese embora também possam responder a alguns serviços (Abreu, 2003).

A sua importância leva a que se possa considerar que “as redes são a substância de que as novas organizações são e serão feitas” (Castells, 1996, citado por Coelho, 2012, p. 41).

O Programa Rede Social pela suas características é conotado com uma rede secundária porque se dirige para o denominado terceiro sector em que se movimentam “(...) organizações sociais que não são nem estatais nem mercantis, ou seja, organizações sociais que, por um lado, sendo privadas, não visam fins lucrativos, e, por outro lado, sendo animadas por objectivos sociais,

públicos ou colectivos, não são estatais” (Santos, 1999, citado por Abreu, 2003, p. 73).

De uma forma simplificada pode ser vista como um espaço de relação formalizada que ocorre entre entidades, em contextos específicos, tempos próprios que se propõem ser geradores de mudança, num conjunto amplo de áreas como o emprego, a formação, a deficiência, a saúde, o envelhecimento, a infância e juventude, a habitação de entre outras.

Enquanto medida de política social a Rede Social foi criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de novembro.

Designa-se por rede social o conjunto das diferentes formas de entreaajuda, bem como das entidades particulares sem fins lucrativos e dos organismos públicos que trabalham no domínio da acção social e articulem entre si e com o Governo a respectiva actuação, com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social e à promoção do desenvolvimento social (n.º 1, p. 6253).

Este Programa chama a si um conjunto de objetivos que passam pelo combate à pobreza e exclusão social, pelo trabalho em parceria, sustentado no planeamento integrado, preconizando uma maior eficácia e capacidade de cobertura das respostas sociais a nível local (Decreto-Lei n.º 115/2006).

Em termos de funcionamento este diploma legal define como princípios orientadores a subsidiariedade (decisões tomadas o mais próximo das populações), a integração (congregação de recursos), a articulação (cooperação e partilha de responsabilidades), a participação (abrangendo agentes sociais e população), a inovação (mudança de atitudes e de cultura institucional, alterando-se modelos e práticas de intervenção) e igualdade de género (planeamento e intervenção).

Determina os órgãos que a compõem e são eles a Comissão Social de Freguesia, no âmbito de freguesia ou interfreguesias, consoante a população

seja superior ou igual ou inferior a 500 habitantes, e o Conselho Local de Ação Social (CLAS) ao nível municipal. A legislação para cada um destes órgãos delimitada à partida quem os pode integrar, o seu modo de organização, as suas competências e organização, indicando quais os instrumentos de trabalho da mesma: o Diagnóstico Social, o Plano de Desenvolvimento Social (PDS), o Plano de Ação e o Sistema de Informação.

O DS deve ser “um instrumento dinâmico ... resultante da participação dos diferentes parceiros, que permite o conhecimento e compreensão da realidade social através da identificação das necessidades, da detecção dos problemas prioritários e respectiva causalidade, bem como dos recursos, potencialidades e constrangimentos locais” (art. 35º, Decreto-Lei n.º 115/2006, p. 4281).

O PDS é entendido como um plano estratégico, estruturado que tem de integrar os objetivos do Plano de Ação para a Inclusão (PNAI), bem como as prioridades definidas a nível nacional e regional e tem um carácter obrigatório. O PDS é operacionalizado por Planos de Ação com a periodicidade anual.

Quanto ao Sistema de Informação o mesmo é concebido a nível nacional e local e aponta para a existência de partilha de informação entre parceiros.

Para Alves a Rede Social é tida como fazendo parte de uma “nova geração de políticas sociais ... intimamente associada quer à temática dos direitos sociais, quer a novas perspectivas de orientação no sentido da inclusão social de grupos, pessoas e comunidades vulneráveis ao risco de exclusão social” (2010, p. 69).

Porém, o Programa é suscetível de questionamento por um conjunto de razões, desde logo porque resulta da iniciativa governamental, isto é definido pelo poder central, para concretização a nível local e supostamente seria uma resultante de reflexão e discussão entre poder central, poder local e sociedade em geral.

A rede foi criada num momento em que a Administração Central pretendia ao nível das políticas lançar algumas inovações, através da experimentação de novos conceitos e metodologias de aplicação nas políticas públicas. O foco passou a estar na planificação estratégica da intervenção social, especialmente local em estreita ligação às prioridades globais (Santos, 2016, p. 21).

Ora, como argumenta Ruivo (2002, p. 33), esta relação não se faz entre iguais e “de facto, a actuação das diversas instituições ou associações encontra-se condicionada e totalmente dependente do Poder Central. Isto passa-se a vários níveis: em termos logísticos, em termos burocráticos e em termos financeiros”, chegando o autor a referir que existe uma sociedade civil mitigada em que é o estado que está na retaguarda, que confere competências, que tutela e atribui meios financeiros, sem os quais as instituições não poderiam atuar.

Dos relatórios de avaliação produzidos, destaca-se no de 2005 o reconhecimento da existência de “uma série de condicionalismos e obstáculos, de natureza local e nacional, contextual e organizacional, que condicionam, necessariamente, os resultados no curto prazo” (Amor, coord., 2005, p. 18).

O citado documento vai mais além quando salienta que concretizar na plenitude esta medida de política social implica proceder a mudanças a vários níveis.

Terá de induzir factores de ruptura com práticas e culturas organizacionais dominantes e consolidadas (...) é necessário que na próxima etapa de trabalho, se desenvolva (...) maior capacidade de passar de diagnósticos descritivos e de ações mais sectorizadas e tradicionais para diagnósticos interpretativos e respostas inovadoras que decorrem de um olhar integrado

sobre a realidade e de uma efectiva integração de parcerias (Amor, coord., p. 18-19).

A complexidade de que se reveste a superação destes obstáculos obriga a pensar-se que a rede é integrada por profissionais com percursos distintos e posturas perante o social também elas diversificadas, “por vezes difíceis de adaptar a novos modelos de discussão de problemas e prioridades, na procura das respectivas melhores soluções, na base de um processo reflexivo sobre as situações em concreto e sobre as práticas de acção” (Alves, 2010, p. 38).

Podem ainda encontrar-se contributos importantes para se repensar o Programa Rede Social no Relatório Final de Avaliação 2010 – 2012, em que se enuncia um conjunto de recomendações de que se destacam: reposicionamento do papel da Rede Social enquanto mecanismo central das parcerias no planeamento territorial, promover iniciativas reforçadas nos âmbitos da cultura, emprego e economia, ampliar os níveis de participação de diferentes parceiros públicos e privados e, muito em particular, das populações abrindo portas ao seu envolvimento em matéria de planeamento (Instituto da Segurança Social, 2012).

CAPÍTULO 2: ANÁLISE DA REALIDADE

2. O CONTEXTO DO PROJETO

“Somos hoje desafiados a mostrar a nossa marca, uma marca que nos identifica como município, território, cultura e pessoas mas que não nega a sua relação de complementaridade com a região e com o país” (C.M. Gaia, 2016, p. 9-10).

2.1. MARCA GAIA

A Câmara Municipal de Gaia iniciou recentemente um processo de lançamento público do que denomina “de uma marca de cidade” (C.M. Gaia, 2016, p. 40) que assenta numa aposta estratégica de visionar o território e os seus recursos, partindo da identificação de eixos, missão e valores que caracterizam a ação das políticas públicas nesta área geográfica.

Dos valores enunciados do documento tornado público “Gaia todo um mundo”, ressalta a atenção para a qualidade de vida dos cidadãos residentes e dos visitantes, para a necessidade de garantir que o desenvolvimento seja sustentável assegurando a coesão e diversidade social, alicerçando as políticas públicas na educação, na cultura, em níveis elevados de qualificação, sendo a área social pensada como elemento promotor da coesão social (C.M. Gaia, 2016).

Partindo deste quadro o município definiu 10 pilares para o desenvolvimento (quadro 1).

Quadro 1: 10 pilares para o desenvolvimento

Pilares para o desenvolvimento
1. EDUCAR - Uma educação de qualidade
2. CUIDAR - Saúde melhor para todos
3. PROMOVER - O emprego, o talento, as capacidades e a formação
4. INOVAR - Novas intervenções nas políticas públicas sociais
5. CRIAR - Acesso à cultura, arte, lazer e desporto
6. PROTEGER - A Natureza e o ambiente
7. RELACIONAR - Fortalecer a cidadania
8. INFORMAR - Cidade transparente e informada
9. CRESCER - Desenvolvimento económico sustentável
10. INTEGRAR - Mobilidade inteligente

Fonte: C. M. Gaia 2016

Fazendo o foco de atenção incidir sobre os pilares diretamente relacionados com a educação e intervenção social, procedeu-se a uma seleção e elaborou-se um quadro síntese dos respetivos conteúdos (quadro 2).

Quadro 2: Síntese dos conteúdos dos 10 pilares para o desenvolvimento

“Educar: assegurar oportunidades de aprendizagem para todos e uma educação de qualidade”;	Refere o programa municipal “Gaia Aprende +”, que se direcionada para atividades de promoção à opção de uma escola a tempo inteiro, no contexto do 1º ciclo do ensino básico;
--	---

<p>“Cuidar: contribuir para a melhoria dos cuidados de saúde para todos”;</p>	<p>Menção ao Serviço Nacional de Saúde, serviços privados e aos projetos municipais de distribuição de vacinação e acesso a medicação gratuita;</p>
<p>“Promover: aplicar políticas eficazes de emprego e promoção das capacidades e da formação dos munícipes”;</p>	<p>Enfoque na criação do Centro de Emprego e Formação Profissional de Gaia, na aposta no sector turístico como gerador de emprego direto e indireto, no desenvolvimento sustentável, sector empresarial inovador e com responsabilidade social;</p>
<p>“Inovar: promover intervenções na área da inovação social”;</p>	<p>Aponta para políticas municipais “Gaia + Inclusiva” (programa de ação social de apoio a situações de vulnerabilidade como sobre-endividamento, desemprego, assente na cooperação entre parceiros), participação no programa do DLBC - Desenvolvimento Local de Base Comunitária e criação do Observatório Social;</p>
<p>“Criar: garantir o acesso à cultura, ao lazer e ao desporto”.</p>	<p>Visão descentralizada da cultura, promoção local de iniciativas desportivas, artísticas e culturais.</p>

Fonte: C. M. Gaia 2016

Se politicamente são estas as diretrizes, o que diz a realidade de um conjunto de indicadores sociodemográficos sobre este território?

O Concelho de Vila Nova de Gaia é formado por 8 juntas de freguesia e 7 uniões de freguesia, que se distribuem ao longo dos seus 168.5Km², numa heterogeneidade geográfica apreciável, que vai desde uma costa marítima, passando por uma ampla zona fluvial e manchas de território de interior.

De acordo com os dados dos Censos 2001 tem uma população residente total de 302.295, em que 144.490 são homens e 157.805 mulheres, para uma densidade populacional de 1.795.10 Hab/Km².

Localizado na Área Metropolitana do Porto (AMP), segundo dados demográficos apresentados pela mesma e observando os censos 2011, verifica-se que o concelho representa em termos de território 8.25% do seu total e 17.18% do seu volume populacional, registando uma predominância de população feminina 52.2% e uma densidade populacional muito superior à registada na área metropolitana.

A análise comparativa da estrutura etária do Concelho, face à AMP, permite aferir que não existem variações significativas no grande grupo etário predominante dos 15-64 anos, respetivamente (69.1% contra 68.7%), havendo no entanto que salientar que a tendência demográfica de envelhecimento é menos notória em Vila Nova de Gaia, uma vez que os outros grupos etários restantes registam a mesma percentagem e contrariamente na área metropolitana o + 65 anos com 16.3% regista um valor superior ao 0 – 14 anos com 15%, reforçando-se esta constatação com o facto do índice de envelhecimento ser igualmente superior situando-se nos 113.35, (quadro 3).

Quadro 3: Dados demográficos

Área Metropolitana do Porto	Vila Nova de Gaia
Território 2.040Km ² 9.58% da região Norte 2.21% do território nacional	Território 168.5Km ² 8.25% da Área Metropolitana 0.79% da região Norte 0.18% do território nacional
População residente 1.759.524 Masculino 838.916 (47.7%) Feminino 920.608 (52.3%)	População residente 302.295 (17.18% volume populacional na área metropolitana) Masculino 144.490 (47.8%) Feminino 157.805 (52.2%)
Densidade populacional 861.96 Hab/Km ²	Densidade populacional 1.795.10 Hab/Km ²

Estrutura etária: população residente por grandes grupos etários	Estrutura etária: população residente por grandes grupos etários
0 – 14 264.987 (15%)	0 – 14 46.641 (15.4%)
15 – 64 1.208.585 (68.7%)	15 – 64 208.996 (69.15%)
+ 65 285.952 (16.3%)	(15 – 24 32.544) + 65 46.658 (15.4%)
Índice de envelhecimento 2012 113.35	Índice de envelhecimento 2012 101.80

Fonte: Área Metropolitana do Porto e Censos 2011

Analisados os principais indicadores demográficos, importa compreender como se comporta o Concelho de Vila Nova de Gaia face às questões do desemprego, sabendo que na AMP se “registou perdas significativas de emprego nos últimos 5/6 anos, o que coloca questões e interrogações sobre a continuidade e perfil da sua (tradicional) vitalidade económica e empresarial” (AMP, 2014, p. 16).

A taxa de emprego da população entre 20-64 anos, na AMP, em 2011 (64,5%) afastava-se significativamente da meta europeia. O desemprego é expressivo, quer nas faixas etárias jovens quer nos mais de 55 anos, tendo-se verificado, entre 2009 e 2012, um crescimento de 27,6% no número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego da AMP (AMP, 2014, p. 28).

O desemprego nesta mancha territorial assume por conseguinte um forte impacto traduzido nos 154.000 desempregados inscritos nos centros de emprego locais (AMP, 2014), havendo “concelhos em que o fenómeno atinge dimensões muito graves (pela dimensão absoluta do problema e pela sua dinâmica), com especial destaque para Vila Nova de Gaia, Porto, Gondomar, Matosinhos e Maia” (AMP, 2014, p. 37).

Recorrendo aos dados disponibilizados pelo Instituto do Emprego e da Formação Profissional das estatísticas mensais por concelho referentes a fevereiro de 2017, passam-se a apresentar os dados por relevantes.

Ao nível do desemprego o concelho apresentava 249.777 desempregados, na sua maioria mulheres 13.674, inscritos há + de 1 ano no centro de emprego 14.761 e a esmagadora maioria procurava um novo emprego 22.319, (quadro 4).

Quadro 4: Desemprego registado

Género		Tempo de Inscrição		Situação face emprego		Total
Homens	Mulheres	< 1 Ano	1 Ano E +	1º Emprego	Novo Emprego	
11.303	13.674	10.216	14.761	2.658	22.319	24.977

Fonte: Instituto do Emprego e Formação Profissional 2017

No que diz respeito à caracterização dos desempregados por grupo etário o prevalente era o 35 – 54 anos com 11.727, seguindo-se o 55 anos e + com 6.287 (quadro n.º 5).

Quadro 5: Desemprego registado segundo o grupo etário

Grupo Etário < 25 Anos	Grupo Etário 25 - 34 Anos	Grupo Etário 35 - 54 Anos	Grupo Etário 55 Anos e +	Total
2.762	4.201	11.727	6.287	24.977

Fonte: Instituto do Emprego e Formação Profissional, 2017

Quanto ao desemprego registado por níveis de escolaridade observa-se como mais frequente o nível escolar secundário com 5.695, seguido de muito próximo do nível escolar 1º ciclo do ensino básico com 5.694 (quadro 6).

Quadro 6: Desemprego registado segundo os Níveis de Escolaridade

Nível Escolar < 1º Ciclo EB	Nível Escolar 1º Ciclo EB	Nível Escolar 2º Ciclo EB	Nível Escolar 3º Ciclo EB	Nível Escolar Secundário	Nível Escolar Superior	Total
1.311	5.694	4.617	4.888	5.695	2.772	2.4977

Fonte: Instituto do Emprego e Formação Profissional 2017

Este é pois um Concelho com particularidades que o distinguem na área metropolitana onde se insere, em que entre um potencial de desenvolvimento politicamente assumido, emerge como problema social premente o desemprego, que não deixando de ser notório como transversal a esta mancha geográfica, assume em Vila Nova de Gaia uma dimensão muito considerável.

Há que ter presente que

uma das formas mais importantes de inserção na sociedade moderna é a integração pelo trabalho, mas não podemos esquecer que a exclusão é um fenómeno multidimensional e tem muitas trajectórias de desvinculação. A rutura das relações sociais e a fragilização dos vínculos (família, vizinhança, comunidade, instituições) podem levar ao isolamento social e à solidão (Figueira, 2013, p.34).

Este processo de desinserção é tanto mais gravoso quando frequentemente as organizações com capacidade de intervenção

contribuem por vezes para a manutenção da submissão e da impotência: pedem aos indivíduos que sejam actores e, quando o são, dizem-lhes que não é assim que devem fazer; pedem que elaborem projectos e, quando o fazem, dizem-lhes que são irrealistas e que não há meios para os apoiar;

pedem que dêem provas de autonomia, mas os dispositivos de ajuda colocam-nos, a maior parte das vezes, em situação de dependência (Gaulejac, 2012, Zilhão, coord., 2012, p. 23).

2.2. REVISÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O Conselho Local de Ação Social de Vila Nova de Gaia surge no ano 2000 em virtude do concelho ter integrado a fase piloto do Programa Rede Social, contando na atualidade com mais de duzentos parceiros.

Decorrente da implementação do citado Programa, foram produzidos Diagnósticos Sociais, Planos de Ação e Planos de Desenvolvimento Social, tendo o último aprovado vigorado entre 2012 – 2014.²

Em novembro de 2015 o CLAS define as linhas orientadoras para a revisão do PDS, pelo que no ano seguinte o núcleo executivo³ da rede social mobilizou-se e convocou para uma reunião de trabalho todos os trabalhadores sociais que exerciam a sua atividade nos gabinetes de ação social das juntas de freguesia, sendo que alguns destes se fizeram acompanhar pela primeira vez dos colegas dos gabinetes de inserção

² 28.02.2000 – aprovação do Regulamento Interno e Plano de Trabalho do CLAS; 26. 10.2000 apresentação pública do Relatório Preliminar da Rede Social - Pré-Diagnóstico Social de V. N. Gaia; abril de 2002, Candidatura ao Programa de Apoio à Implementação da Rede Social, cujo termo de aceitação foi assinado em junho de 2002 e teve a duração de 2 anos, com um prolongamento de 6 meses, terminando em agosto de 2004; 15 de abril de 2004, apresentação ao Plenário do CLAS do Diagnóstico Social do Concelho e o Guia de Recursos; 14-10-2004 o CLAS aprova o Plano de Desenvolvimento Social. PDS, in http://arquivoweb.cm-gaia.pt/portais/_cmg/Categoria.aspx?categoryOID=7F81808080EC80GC&contentid=1A81809680CO.

³ Ver alínea b), do art.º 26 e art.º 27 do Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho.

profissional que estavam a funcionar nas juntas de freguesia, num total de cerca 30 profissionais.

Sendo assim, o Projeto de intervenção social objeto desta investigação teve o seu início a meio do ano de 2016, com a realização do primeiro encontro, cuja agenda de trabalho se centrava em torno da “constituição de bancos de recursos e rede de empreendedorismo qualificado jovem (jovens licenciados à procura do 1º emprego)”⁴

Porém, esta opção desde logo colocava algumas questões: o que significava participar no contexto do Programa Rede Social em Vila Nova de Gaia?

Como se tinha concretizado essa participação?

Após reflexão e, em jeito de retrospectiva, e ainda num plano individual, senti-me confrontada com a representação de que tinha sido convocada em diferentes circunstâncias para sessões em grupo alargado ou em grupo mais restrito, consoante os assuntos e os documentos a produzir/validar.

Portanto, senti que se impunha ponderar como se iria processar a relação entre os sujeitos convocados, nos quais me incluía, e a estrutura concelhia de trabalho da Rede Social, como seria construída a relação entre todos, até que ponto a participação seria um processo de implicação transformador co-construído ou um formalismo de validação de um processo pré-construído por terceiros.

Esta análise fez convergir a minha atenção para além do imediatismo dos interlocutores diretos e tive que ponderar sobre a realidade de que temos diferentes modelos de governação local, que não são estáticos e que na

⁴ Retirado do ficheiro *powerpoint* que suportou a apresentação em Plenário do CLAS, não editado.

atualidade uma das suas características mais sublinhadas é o apelo à participação cívica (Ferreira, 2015). Porém, de imediato, fui acometida pela contradição entre o discurso e as práticas do poder local que venho vivenciando e que promovem

uma cultura de decisões hermética que se reproduz em cada nível da hierarquia ... chega ao fim da linha através de processos que alimentam o esvaziamento das competências dos corpos técnicos ... o papel dos técnicos pode estar, formal e juridicamente, circunscrito à fundamentação de decisões já tomadas, contendo a sua capacidade de intervenção num nível que favorece a monopolização do conhecimento e da informação pelos decisores, tendo como consequência a fragilidade, para o serviço público, das competências técnicas disponíveis (Ferreira, 2015, p. 101).

Realizados o primeiro e o segundo momentos de trabalho coletivo havia condições para se refletir criticamente e as primeiras conclusões foram no sentido de que:

- Tinha sido claramente compreensível a necessidade de se gerarem “condições de participação: o sentimento de si e uma auto-representação suficientemente valorizados, em cada elemento participante, para poderem reconhecer o dever e o direito de contribuir, o que implica relações que favoreçam a expressão pessoal, o mais desimpedida possível” (Lima, 2003, p. 320). Tudo porque uma parte considerável dos profissionais presentes nos primeiros momentos de trabalho não tinha feito qualquer intervenção e estas pessoas tinham em comum serem as que exerciam a sua atividade profissional nos gabinetes de inserção, pelo que se exigia perceber o que motivara esta postura, o que significava, o que estavam a comunicar. “Actividade ou inactividade, palavras ou silêncio, tudo possui um valor de mensagem; influenciam outros e estes outros, por sua vez, não podem *não* responder a essas comunicações e, portanto, também estão comunicando ...

qualquer comunicação implica um cometimento um compromisso; e, por conseguinte, define a relação” (Watzlawick, Beavin & Jackson, 1967, p. 45-47). Tornava-se igualmente premente incorporar o “princípio organizacional que não há especialistas do saber agindo sobre leigos ignorantes, mas que todos os implicados vão cooperativamente construindo o conhecimento pertinente e necessário, para que cada situação, objecto de inquirição, vista na sua inserção num contexto alargado, seja o mais possível delineada e significativa” (Lima, 2003, p, 319).

- Que o encontro tinha desencadeado o questionamento em torno de aspetos fundamentais do exercício profissional: que representações tinham este trabalhadores sociais sobre o âmbito da sua intervenção, como compreendiam a sua participação no contexto da rede de parcerias no Programa Rede Social que faz apelo à mobilização dos atores sociais, como procuravam identificar e entender os fatores geradores dos problemas sociais de pobreza e exclusão social em geral e no concelho em particular. A questão da construção da identidade profissional assumiu desta forma centralidade, tendo sido fundamental compreender que a mesma “não pode ser dissociada de dois sistemas estruturantes: a actividade instrumental (processos de trabalho, finalidades económicas, etc.) e actividade comunicacional (a interacção entre os indivíduos)” (Habermas, 1987, citado por Santos 2005, p. 130). A este propósito, havia que considerar Leplat quando alerta para o referencial comum a nível profissional que passa por uma linguagem técnica cujo sentido se liga à profissão em concreto e no seu seio assume o verdadeiro sentido e uma conduta profissional que pode servir de modelo, regras e procedimentos (Santos, 2005). A evidência empírica surgiu na segunda reunião em que alguns profissionais argumentaram com o facto de trabalharem nos gabinetes de ação social, e não nos gabinetes de inserção profissional, para não considerarem o emprego como área de intervenção social, portanto não relacionada diretamente com o seu trabalho. Deixaram por isso bem patente que a ocorrer alguma intervenção neste âmbito a mesma ficaria a cargo dos profissionais dos citados gabinetes. Sendo uma

posição quase generalizada, conseguiu-se descortinar duas posições contrárias, que defendiam ser o trabalho um direito social e portanto os trabalhadores sociais exercem a sua ação no sentido da defesa e concretização de direitos sociais.

- Tinham sido geradas condições para se pensar em que medida estes profissionais iriam conseguir abandonar representações do exercício profissional inibidoras do espaço à inovação, limitadoras do espírito crítico, encarando os momentos de reflexão como uma

janela de oportunidade ...que a realidade e o sujeito são concebidos como entidades solidárias e em mútua construção ... alicerçar-se e ser suporte de um pensamento crítico e reflexivo que permita a desocultação e contribua para a transformação de uma realidade injusta mas naturalizada e legitimada, pelos grupos dominantes como justa (Cortezão, coord., 2001, p. 54, 55 e 60).

- Não era possível ignorar que, não obstante se terem reunido pessoas numa sala, com um propósito que à partida se apresentava como bem delineado, de terem em comum trabalharem na área social, estas não formavam um grupo de trabalho na sua verdadeira aceção. Eram sim um “mero somatório de indivíduos” (Zimerman & Osório, 1997, p. 28), em que os processos de interação eram de “dois grandes tipos: as interações por oposição (conflito e competição) e as interações por acomodação (combinação e fusão) cujos efeitos examina discursivamente quanto ao grau de proximidade, de igualdade e de semelhança entre os agentes e quanto à estabilidade do grupo tomado no seu conjunto” (Eubanck, n.d., citado por Maisonneuve, 2004, p. 65);

- A escassez de espaços de trabalho em comum tinha originado um desconhecimento do trabalho que se realizava nos diferentes territórios.

Muitos profissionais não se conheciam, sendo recorrente a necessidade de se descreverem intervenções e as localizar geograficamente;

- A opinião que cada profissional tinha relativamente às prioridades a ter em conta na intervenção social estava muito ligada ao seu local de trabalho, a micro realidades, sendo patente a dificuldade de perspetivar a especificidade local e uma visão macro para o concelho.

Foi neste cenário que enquanto participante em processo reflexivo tive a oportunidade de estar entre duas áreas que entendi como complementares e que enquadraram o meu posicionamento: o Serviço Social que corresponde à minha formação de base e à minha atividade profissional

o Serviço Social é uma profissão de intervenção e uma disciplina académica que promove o desenvolvimento e a mudança social, a coesão social, o *empowerment* e a promoção da Pessoa. Os princípios de justiça social, dos direitos humanos, da responsabilidade coletiva e do respeito pela diversidade são centrais ao Serviço Social. Sustentado nas teorias do serviço social, nas ciências sociais, nas humanidades e nos conhecimentos indígenas, o serviço social relaciona as pessoas com as estruturas sociais para responder aos desafios da vida e à melhoria do bem-estar social.

Esta definição de Serviço Social pode ser ampliada ao nível nacional e/ou ao nível regional.⁵

⁵ Definição global da profissão de Serviço Social adotada pela Associação dos Profissionais de Serviço Social e que foi aprovada em julho de 2014, Melbourne, a pela Assembleia Geral da International Federation of Social Workers (IFSW) e a International Association of Schools of Social Work (IASSW) e que pode se encontrada em <http://www.apross.pt/profissao/defini%C3%A7%C3%A3o/>.

e a Educação Social em cujo processo de formação me encontrava e que é percebida como

... educação emancipatória, transformadora e transformativa. Esta perspectiva afirma-se em rutura com o registo assistencialista e parte de uma visão de um mundo que se deseja mais igualitário, solidário, inclusivo e democrático, firmado no paradigma sociocrítico, e tendo por base a visão do ser humano como capaz de se olhar e olhar o mundo de forma crítica e informada e capaz de intervir, num quadro de valores necessariamente inteligíveis e conscientes (Timóteo & Bertão, 2012, p. 16).

O que me permitiu entender que existe um

compromisso educativo no trabalho social ... uma ação orientada para o desenvolvimento, com um papel activo dos sujeitos no processo de superação das suas dificuldades sociais, nomeadamente através da sua participação na vida comunitária e social ... uma ação orientada para a mudança da realidade social injusta e com uma maior incidência sobre as causas que geram essas mesmas desigualdades. A participação social, como eixo central da ação social e educativa, e perspectivada como um direito de cidadania (Timóteo & Bertão, 2012, p. 15).

Com este sentido interiorizei a minha participação no grupo de trabalho da revisão do PDS com o pressuposto de “trabalhar o saber de que as pessoas são portadoras, e não produzir saberes sobre as pessoas coisificadas” (Berger, 2009, p. 178).

Uma participação que implicou uma tomada de consciência sobre o contexto social de Vila Nova de Gaia, sobre os seus problemas e sobre a necessidade de haver espaço para se fazer ouvir a voz dos profissionais, porque “o homem é consciente e, na medida em que conhece, tende a se

comprometer com a própria realidade” (Freire, n. d., citado por Santos, 2016, p. 36). Este não foi um caminho de uma pessoa só, pois outros partilhavam do mesmo sentir, como se irá evidenciar no decurso do Projeto.

Motivar à participação agentes sociais que pela sua formação à partida compreenderiam o sentido e alcance disso mesmo, veio a mostrar-se uma tarefa complexa.

Hábitos de não questionamento por hierarquização de poderes, inibições à tomada de voz por razões de desconfiança de que não fosse respeitado o sigilo dos conteúdos de certas reflexões e consequentemente do que poderia advir em expor pontos de vista dissonantes do poder instituído, demonstraram-se como obstáculos que tiveram de ser trabalhados e que tiveram por isso de ser objeto de uma atenção especial logo nos primeiros instantes, como mais à frente se irá expor ao nível de uma ação específica de criação de espaço à participação dos profissionais.

Tudo isso aconteceu antes de haver projeto delineado, mas foi este o seu cerne, a condição primeira para que o mesmo viesse a existir, pois tinham sido acometidas aos profissionais tarefas com uma formatação interventiva, em que havia que construir um caminho que fosse facilitador da participação de todos, em que a reflexão e análise crítica não poderiam ficar-se por simples achegas, em que era imperativo ir mais além atendendo aos objetivos do Programa Rede Social.

CAPÍTULO 3: O PROJETO “GAIA EMPREGA +”

"Quando escutamos as pessoas em via de desinserção, estas queixam-se essencialmente de três coisas: a falta de escuta, a falta de respeito, a falta de poder sobre o que é feito «para eles». As intervenções institucionais tendem a transformar as pessoas em objectos enquanto estas reivindicam essencialmente serem tratadas como sujeitos" (Gaulejac, 2012, in Zilhão, coord., 2012, p. 21).

3. UM DESAFIO EM FORMATO DE PROJETO

Dar resposta à criação de bancos de recursos: Banco do bebé e banco do sorriso;

Criação de uma incubadora para o emprego.

3.1. PARTICIPANTES

O desafio colocado aos profissionais pelo CLAS veio a constituir-se como um Projeto, que pôs em cena um pequeno grupo de profissionais, que foram os seus participantes.

Importa pois indagar, quem eram estes profissionais?

Como já havia sido referido os profissionais chamados faziam parte de um conjunto amplo de pessoas, mas que por força da dinâmica gerada nos encontros de trabalho veio a constituir-se num grupo restrito de sujeitos.

Pese embora existirem alguns laços de companheirismo entre alguns dos seus membros, esta junção aconteceu porque foram as vozes que emergiram do coletivo alargado, que procuram questionar práticas e entenderam desencadear um processo de mudança das mesmas.

Foi com esse propósito que estas pessoas criaram um espaço de discussão que se regeu pelo princípio da implicação de todos os intervenientes. Todos os participantes tiveram possibilidade de ser co construtores, e de uma forma ativa puderam ir partilhando e discutindo quais os caminhos a tomar num percurso que se fez de proximidade, crescente confiança e de pertença a um itinerário que se foram construindo.

O estreitamento das relações interpessoais de proximidade e confiança foram decisivas na criação de condições de aproximação e confluência de posições. As conversas informais mantidas entre todos estiveram na base de todo o processo que teve como resultado o estabelecimento de alianças e a construção de novas estratégias, que se suportaram em “relacionamentos bem-sucedidos ... elevados níveis de planeamento conjunto, participação, cooperação, comunicação aberta e resolução eficaz ... associados à interacção e abordagem de rede” (William, 2012, citado por Coelho, 2012, p. 44).

Estes profissionais tinham formações diversas - Serviço Social, Psicologia Ciências da Educação e Ciências Políticas. Os seus percursos e experiência profissional eram igualmente muito distintos, o que favoreceu um enriquecimento da reflexão, trouxe uma diversidade de perspetivas, de conhecimentos e partilha da tomada de decisão e responsabilidade pela proposta de intervenção. Este grupo começou por ser constituído por 6 elementos, tendo estabilizado em 4, pelas razões mais à frente invocadas.

Estes 4 profissionais eram a “Maria”, a “Raquel”, a “Patrícia”, com idades inferiores a 30 anos e a investigadora.

Todos tinham em comum as formações académicas serem na área das Ciências Sociais e Humanas e trabalharem em serviços ligados a autarquias locais.

“Maria” tinha feito a sua formação em Ciências da Educação e contabilizava anos de trabalho como profissional num gabinete de inserção profissional e o seu vínculo de trabalho era precário.

“Raquel” formara-se em Serviço Social e a sua experiência profissional contabilizava-se no estágio profissional e posteriormente no trabalho num gabinete de ação social. À semelhança de “Maria” também o seu vínculo de trabalho era precário.

“Patrícia” tinha formação académica em Psicologia e trazia uma mais-valia ao grupo porque durante vários anos tinha sido responsável por um gabinete de inserção profissional e no presente acumulava com o trabalho em contexto de gabinete de ação social, tendo uma relação contratual mais estável, em formato de contrato de trabalho. Como característica mais marcante poderia apontar-se a sua procura em inovar práticas de trabalho, de experienciar intervenções.

“Maria” e “Patrícia” tinham uma relação de proximidade profissional e partilhavam inquietudes, que no caso deste Projeto tiveram um efeito unificador. Isto é, ambas comungavam de um desejo de partilhar, de participar na construção de uma proposta de um novo PDS com outros profissionais e o mesmo veio a suceder com “Raquel”, com quem uma delas partilhava espaços de trabalho.

Como ficou evidenciado nos primeiros momentos de trabalho no percurso da revisão do PDS, oportunamente já analisados, os participantes desencadearam entre si discussões, conversas informais, presenciais ou à distância. Foi precisamente nesse contexto que conseguiram compreender que partilhavam de uma leitura de realidade que se sustentava em torno de quatro grandes questões: a dimensão do fenómeno do desemprego no concelho de V. N. de Gaia, a não concordância de que a resposta ao desemprego jovem qualificado passasse unicamente por ações do âmbito do

empreendedorismo, que intervenções de cariz assistencialistas pudessem ser prioritárias e que a participação se esgotava num formato de dar contributos.

Ter como ponto de partida esta leitura foi preponderante para que estes profissionais conseguissem efetivamente formar um grupo de trabalho, apostado em funcionar como tal.

Foi em grupo que definiram um plano de trabalho, que em momento próprio será explicado, que teve como finalidade concretizar uma ação de cariz transformador da realidade, tendo subjacente uma visão de natureza futura, o qual foi sendo operacionalizado num conjunto complexo de tarefas, que exigiu o acionamento de recursos, tendo em vista encontrar soluções para necessidades reais e produzir um produto suscetível de avaliação.

Por isso, obrigou à conjugação de procedimentos, que foram acontecendo num dado tempo e contexto, envolvendo um processo de co-responsabilização dos diferentes implicados, num processo planeado que exigiu uma diversidade de atividades estruturadas, em torno de objectivos concretos (ONU, 1984, citado por Instituto Socioambiental e Apremavi, 2001).

Mais ainda, foi “a expressão de um desejo, de uma vontade, de uma intenção ... de mobilizar as energias disponíveis com o objectivo de maximizar as potencialidades endógenas de um sistema de acção garantindo o máximo de bem-estar para o máximo de pessoas” (Guerra, 2006, citada por Cruz, 2010, p. 74).

3.2. EIXOS ESTRUTURANTES

Este caminho investigativo foi sustentado em eixos estruturantes, que lhe deram um cunho muito próprio.

Para começar fez-se apelo à Constituição da República Portuguesa que no seu art.º 2º define Portugal como sendo “um Estado de direito democrático,

baseado ... no respeito e na garantia de efectivação dos direitos e liberdades ... visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa” (Constituição da República Portuguesa, VII Revisão Constitucional [2005]).

Estes princípios integram um conjunto mais vasto e são apontados como fundamentais por nortear o funcionamento do regime, tendo sido por isso nesta investigação percebidos como basilares, associando-se-lhes como eixos estruturantes, transversais: participação e mudança social.

Relativamente ao primeiro partiu-se da concepção de que “participar é acima de tudo ter o poder real e necessário para influenciar o resultado de um processo” (Arnstein, 1969, citado por Fumega, 2013, p. 6).

Deste ponto de vista, a participação foi tida como estando intrinsecamente ligada ao exercício da cidadania enquanto direito que expressa a vontade dos sujeitos em decidir o seu rumo, tomar decisões, sejam elas individuais ou em grupo, não deixando de respeitar as diferenças.

A cidadania é hoje reconhecida como um pressuposto das liberdades individuais e dos direitos democráticos, como demonstram os discursos políticos e técnicos nas suas mais diversas manifestações de intenções. Contudo, persiste um enorme hiato entre os discursos e a prática. As cidades que encetam iniciativas e projetos para promover formas de cidadania e de envolvimento público ativo não têm conseguido integrar, de forma efetiva, os cidadãos na sua gestão. É, em larga medida, neste hiato que reside o fundamento essencial para a perpetuação das injustiças e desigualdades urbanas e para o menor desenvolvimento das cidades, particularmente tendo como referência as potencialidades do desenvolvimento local (Ferreira, 2015, p. 99).

A participação pode despontar de forma espontânea (por iniciativa do sujeito ou grupo), obrigatória, induzida (suscitada por agentes externos, no

contexto de uma intervenção concreta) e com diferentes níveis que se podem agrupar em torno de duas ideias, a participação passiva, em que existe o propósito ou de facultar informação ou de fazer consulta, e ativa que se manifesta por pressão ou influência, cooperação, cogestão e autogestão. (Ander-Egg, 2000). Aliás, foi a partir deste autor, que se tomou consciência dos equívocos que gravitam em torno do uso deste conceito e das formas que o mesmo denominou de enganosas de participação, por isso mesmo consideradas como pseudo participações (2000).

Se o conceito estava claramente definido, seria o momento de se questionar de que forma era possível pôr em evidência a participação num processo de construção de decisão?

Das possibilidades que se abriram como respostas e, perante a pesquisa realizada, foi possível entender que em 1969 Arnstein tinha elaborado um instrumento de análise que denominou de “Escada de participação” e que tinha como propósito fazer um exercício de análise crítica sobre o envolvimento do poder local nos Estados Unidos da América em matéria de programas de desenvolvimento urbano, tornando possível a compreensão da participação dos cidadãos e de que forma tinham conseguido influenciar a tomada de decisão final (Fumega, 2013).

Por isso entendeu-se como pertinente fazer uma análise detalhada desta Escada, constituída por 8 degraus, tendo-se concluído que era suscetível de configurar três realidades:

1. Os degraus em que não existia participação, manipulação e terapia, porque não havia a preocupação de «capacitar as pessoas para planear ou conduzir um projeto, mas antes de “educar” ou “curar” os participantes» (Fumega, 2013, p. 10);

2. Os degraus onde acontecia “política do menor esforço” (Flores & Misoczky, 2008, p. 114), informação, consulta e pacificação, identificados como de “participação simbólica” (Fumega, 2013, p. 10), porque não existia mudança na tomada de decisão, não obstante os que não detinham poder pudessem trazer opiniões, pontos de vista, conselhos, porém quem possuía poder decidia sozinho;

3. Os degraus em que a participação ocorria, parceria, delegação de poder e controlo cidadão, em que gradualmente passava-se do poder negocial, à possibilidade de tomada de decisão, chegando-se ao poder final de controlo (Fumega, 2013), (figura 1).

Figura 1: Escada da participação em detalhe

Controlo cidadão	Delegação completa de todas as tomadas de decisão e ações.
Delegação de poder	É delegado algum poder às pessoas.
Parceria	As pessoas podem começar a negociar com os detentores de poder tradicionais, por exemplo na gestão de papéis, responsabilidades e níveis de controlo.
Pacificação	O ponto de vista das pessoas tem alguma influência, mas os tradicionais detentores de poder continuam a tomar as decisões.
Consulta	É dada voz às pessoas, mas não lhes é concedido nenhum poder para levar a cabo as suas decisões.
Informação	É dito às pessoas o que vai acontecer, o que está a acontecer ou o que aconteceu.
Educação	Nestes níveis a comunidade é vista como um ator passivo. É apenas fornecida alguma informação que pode ser parcial ou imprecisa.
Manipulação	

Fonte: Fumega 2013

Foi da confluência da conceção de participação para Ander-Egg, com a categorização que a Escada da participação permitiu ilustrar, que se suportou a análise da participação nesta investigação.

Todavia, não bastava pensar-se a participação se esta não se associasse a mudança social.

Por isso, primeiramente há que ter presente que:

Quando falamos de mudanças, destacamos, separada ou articuladamente, as seguintes dimensões dos processos sociais: 1) a natureza dinâmica (não estática) dos referidos processos; 2) a dimensão diacrónica (evolução segundo o eixo do tempo, entrelaçamento de tempos...); 3) a ocorrência ou a possibilidade de ocorrência de transformações, de maior ou menor amplitude, nas estruturas e nas práticas sociais; 4) a acção intencional de indivíduos, animados por certos projectos e programas de alteração deliberada de certos ou todos os aspectos das estruturas e práticas sociais (Nisbet, 1979, citado por Gomes, 2015, p. 13).

Assim, um processo de mudança social gera a rutura com a tradição, com os hábitos instituídos e a inércia que os envolve (Gomes, 2015), pelo que pode ser entendido como "toda a transformação observável no tempo, que afecta, duma maneira que não seja provisória ou efémera, a estrutura ou funcionamento da organização social duma dada colectividade e modifica o curso da sua história" (Rocher, 1989, citado por Muga, 1998, p. 25).

Um processo de mudança sucede quando se conjugam fatores propiciadores que o favorecem como "a demografia, a técnica, a infra-estrutura económica (factores estruturais), os valores, as ideologias (factores culturais), e os conflitos" (Rocher, 1989, citado por Muga, 1998, p. 29), com a acção dos agentes de mudança.

A mudança social pode ser de 3 tipos: emergente, transformadora e planeada (Reeler, 2007, citado por Gomes, 2015).

A emergente resulta de processos que podem ser mais ou menos conscientes e a mudança sucede de forma mais ou menos estável e progressiva; a transformadora está ligada ao surgimento de crises; a planeada

caracteriza-se pela forma como “os indivíduos identificam de forma consciente problemas, soluções e possíveis visões ou resultados futuros. Por norma ... tomam a forma de projetos, adequando-se quando os problemas e as oportunidades são visíveis e em situação de estabilidade de condições e relações (ambiente interno e externo estável, coerente e previsível)” (Gomes, 2015, p. 16).

Em face dos princípios que nortearam esta investigação a mudança planeada foi a que se enquadrou neste Projeto, uma vez que ocorreu porque o grupo fez um caminho com uma dada intencionalidade para gerar um resultado.

3.3. METODOLOGIA, TÉCNICAS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO E AVALIAÇÃO

Esta investigação foi centrada nas interações que se foram desenvolvendo no seio do grupo, com um enfoque não de observação, mas antes no que Berger designa por “epistemologia da escuta” em que “envolvemo-nos na temporalidade dos fenómenos ou seja na ordem do aparecimento e desenvolvimento dos fenómenos a que nos tornámos sensíveis” (Berger, 2009, p. 189).

Falar da investigação num dado domínio científico é como que ver reflectido num espelho aquilo que, num dado momento, preocupa, interessa e intriga os investigadores nessa área ou domínio do conhecimento; nesse sentido, é também uma forma de procurar justificação para as opções feitas em termos de temáticas, referenciais teóricos e paradigmáticos, todo um conjunto de factores (valores, aceções e tendências) a que se costuma chamar de “paradigma de investigação” (Kuhn, 1970) (Coutinho, 2006, p. 2).

Foi um processo investigativo que pelas suas características e opções se alicerçou no paradigma de investigação socio-crítico, em que o grupo partiu de problemas sociais concretos que requeriam investigação e ação para encontrar resposta, em que prevaleceu a horizontalidade dos papéis dos implicados e um reconhecimento do seu potencial, para que a mudança intencional ocorresse e as práticas possibilitassem a emancipação dos sujeitos neste processo.

Sustentou-se na articulação entre a teoria e a prática (*praxis*) e a metodologia utilizada foi a Investigação Ação Participativa.

Esta metodologia apresenta particularidades consonantes com este paradigma: parte dos problemas e necessidades tidas como importantes para os sujeitos implicados, a investigação assenta na ação, na mobilização e conscientização dos sujeitos, baseia-se nas relações entre iguais, não hierarquizadas, de diálogo e compromisso, com a finalidade de transformar a realidade, preconizando uma sociedade democrática sustentada em espaços de possibilidade de participação (Ander-Egg, 1990).

Segundo Esteves esta metodologia é um processo complexo porque se organiza em função de 3 tipos de objetivos:

objectivos de investigação, isto é, a produção de conhecimentos sobre a realidade; objectivos de inovação, isto é, a introdução de transformações numa determinada situação com o propósito de dar soluções a problemas como tais identificados; objectivos de formação de competências, isto é, o desenvolvimento de um processo de aprendizagem social envolvendo todos os participantes em função dos dois primeiros objectivos, no quadro de um processo mais amplo de transformação social, cultural e política (Esteves, 2007, in Silva & Pinto, org., 2007, p. 271).

Para o mesmo autor enquanto processo coletivo e participado implica um “processo argumentativo” (Esteves, 2007, in Silva & Pinto, org., 2007, p. 272),

que é acionado nos processos de negociação que se empreendem, os quais se constituem como momentos de aprendizagem e de inovação, com vista à resolução de problemas.

Daí que a posição assumida de investigadora crítica, inserida num grupo de trabalho, tenha implicado um posicionamento em três grandes linhas de atuação, compreensão da realidade, crítica face às intervenções e processos de conhecimento e implicação num processo coletivo de autoformação através da participação ativa na tomada de decisão, para que acontecesse a transformação das relações sociais.

Se a opção metodológica recaiu na Investigação Ação Participativa, os métodos e técnicas de recolha de informação tiveram que estar adequados aos princípios preconizados pela mesma, de não resignação e acomodação, para um agir em processo de aprendizagem continuado.

A pesquisa bibliográfica foi essencial, não só porque permitiu chegar a referenciais teóricos, mas também porque facilitou o acesso a estudos e a intervenções já realizadas.

Todo o trabalho de investigação se inscreve num *continuum* e pode ser situado dentro de, ou em relação a, correntes de pensamento que o precedem e influenciam. É portanto, normal que um investigador tome conhecimento dos trabalhos anteriores sobre objectos comparáveis... Seria ao mesmo tempo absurdo e presunçoso acreditar que podemos pura e simplesmente passar sem esses contributos, como se estivéssemos em condições de reinventar tudo por nós próprios (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 50-51).

A análise documental tornou-se também imprescindível para se recolher informação que facilitou a aproximação e compreensão da realidade em estudo.

Quanto às notas de campo, estas foram preponderantes para

caracterizar situações, actores e comportamentos ... reflexões ou comentários acerca do modo como, ao longo da investigação, se processam e desenvolvem relações entre *teoria* e *empíria* ... técnicas mobilizadas ao longo do processo ... o esforço de auto-análise ... alinhar caminhos metodológicos alternativos e perspectivar a mobilização de técnicas não previstas no dispositivo de pesquisa inicialmente programado (Queirós & Rodrigues, 2006, p. 4-6).

Um projeto de investigação exige uma avaliação permanente, para que se torne possível aferir dos impactos que vai ou não produzindo, que facilite a tomada de decisões que o processo implica, a compreensão dos problemas emergentes e o encontrar de soluções para os mesmos.

A avaliação foi assim um “processo de identificar, obter e proporcionar informação útil e descritiva acerca do valor e do mérito dos objectivos, da planificação, da realização e do impacto provocado, com a finalidade de servir de guia para a tomada de decisões, solucionar problemas e promover a compreensão dos fenómenos implicados” (Rebollo-Catalán, 1993, citado por Teixeira, 2016, p. 29).

Enquanto processo contínuo, induziu a ajustamentos que cumpriram uma dupla finalidade, por um lado forneceram informação que estavam na base de novas decisões e por outro, constituíram-se como oportunidades de aperfeiçoamento.

Na verdade, são vários os modelos de avaliação e a opção por um deles foi uma decisão da maior importância quando se quis de forma consolidada, perceber as mudanças ocorridas e as melhorias que deviam ser acionadas. Então, por haver correspondência entre estes critérios e o modelo criado em 1987 por Stufflebeam & Skinfield, adotou-se com o modelo de avaliação CIPP (Contexto-Input-Processo-Produto).

É um modelo que contempla 4 dimensões, que não são fases, mas antes diferentes formas de avaliação que coexistem ao longo do Projeto:

- Avaliação de contexto em que se procede ao desenho do Projeto (problemas, recursos e potencialidades no contexto);

- “A avaliação de entrada que permite analisar ... se este foi desenhado de acordo com as características de contexto se é viável” (Ferreira, 2016, p. 9), pelo que é reconhecida como orientadora das restantes, porque “consiste em identificar e avaliar as abordagens, ajudando os decisores a preparar a abordagem escolhida para a sua execução. “Contudo, pretende-se que a escolha seja a acertada, baseando-nos nos diversos pontos de vistas, rompendo com a convencionalidade e abrindo os nossos horizontes a todas possibilidades” (Pereira, 2010, p. 34);

- A avaliação de processo que consiste num guia de realização, em que os participantes avaliam a implementação dos objetivos, das ações, a própria coerência do projeto, identificando as correções/revisões operadas no projeto, sendo pertinente considerarem-se indicadores que tornem viável perceber “a exequibilidade e a eficácia do projeto” (Teixeira, 2016, p. 30);

- A avaliação do produto em que se reconhecem os resultados, identificando os desejados e os efetivamente obtidos, no sentido de “reconhecer o êxito do projeto ... para perceber os impactos que teve para as pessoas e respetivo contexto” (Stufflebeam & Skinfield, 1987, citados por Ferreira, 2016, p. 9).

3.4. DESENHO DO PROJETO

O desenho do Projeto apoiou-se numa escolha coletiva de planeamento estratégico, em contraposição a uma escolha de planeamento tradicional, em que de acordo com Perestrelo (1999) o planeamento tradicional busca alcançar uma antevisão exata dos fenómenos sociais, define-se como neutral, não considerando, nem valorizando, o social nas suas múltiplas dimensões.

Tratava-se de planear elegendo um caminho de entre vários prováveis, num processo “avesso do autoritarismo, do voluntarismo, do individualismo, da pretensão da verdade depositada num grupo técnico ... interactivo, participativo e crítico” (Faleiros, 2010, p. 85).

Mais ainda, ao enquadrar-se o processo numa perspectiva de conceção democrática a discussão dos problemas e o caminho para as soluções fez-se através da cooperação de base entre os participantes do Projeto, sem que houvesse a possibilidade da hierarquização de poderes no contexto institucional (Faleiros, 2010).

Foi por isso, que se entendeu sintetizar o conjunto de categorias que Faleiros aponta para caracterizar o que designa por Planeamento Estratégico Democrático, e que se passa a apresentar, porque se verificou uma identificação entre os conteúdos preconizados e o sentir do grupo de trabalho.

Quadro 7: Planeamento Estratégico categorias de análise

Categorias	Planeamento Estratégico Democrático
Ética e valores	Democracia – participação, igualdade e respeito; Eficiência, criatividade; Construção coletiva do processo de poder.
Relação estado/sociedade	Estado devedor da população, existe

	para a servir e é o garante de direitos, num processo de construção de cidadania.
Cultura e dinâmica das organizações	Processo de tomada de decisão é um ato coletivo de base.
Democracia e participação	A cidadania estrutura a relação e a participação é um processo que dá azo à divergência de opiniões, o que implica tolerância, resolução de conflitos e negociação.
Construção do sujeito	Exercício de relação entre o indivíduo e o coletivo.
Racionalidade e metodologia	O processo faz-se a partir do contexto, numa dada conjuntura, tendo em atenção as necessidades e permite a aprendizagem dos sujeitos que procuram um agir partilhado; Como não é fechado, reconfigura-se continuamente e vai incorporando novos participantes enquanto decorrem fluxos de ação/reflexão/produção de conhecimento.
Ideologia e conceção da história	Tem uma visão de ser humano integral, de cidadão numa sociedade democrática que está em processo, em que o diálogo, a argumentação e o conflito fazem parte integrante da vida coletiva.

Fonte: Faleiros, 2010

3.4.1. Que problemas e necessidades

Como já havia sido referido o processo investigativo que se centrou inicialmente em conversas informais, foi o palco ideal para o surgimento de um espaço de reflexão que num primeiro momento levou os participantes a questionar-se acerca da realidade.

Partindo da sua experiência de trabalho, de dados disponíveis, e tendo em vista o desafio que lhes era colocado pelo CLAS, a primeira grande questão com que se defrontaram foi a de identificar os problemas, perceber as necessidades e reconhecer as potencialidades, para que o processo de planificação tivesse sustentação.

Em termos de problemas foram identificados:

Desemprego com uma dimensão considerável, em termos de AM o Concelho de Vila Nova de Gaia tem estado dentro do grupo de municípios em que o problema é mais acentuado. Do total de desempregados que o Concelho registava em fevereiro passado 28% tinham idades até aos 34 anos e em termos de escolaridade os desempregados mais escolarizados, com nível escolar secundário e superior, já totalizavam 34% do universo.

Ao nível de leitura da realidade o desemprego era fonte de grande preocupação para todos os participantes do grupo que se defrontavam diariamente com as suas manifestações e a população jovem licenciada fonte de uma particular inquietude, por não existirem ações vocacionadas para a mesma, que tivessem em atenção as suas particularidades e as necessidades próprias.

A resposta ao desemprego jovem qualificado supera-se com a implementar de ações no âmbito do empreendedorismo, a orientação que o CLAS tinha adotado de eleger o empreendedorismo como a única resposta a este tipo de desemprego era muito questionável.

Todos os participantes do grupo discordavam que o problema pudesse ser visto por um prisma de solução única que se esgotava no empreendedorismo de cariz empresarial. O conhecimento que detinham proveniente da sua experiência profissional não ia nesse sentido, tanto “Maria” como “Patrícia”, não deixavam margem para dúvidas eram muito poucos os casos que contabilizavam de jovens que manifestavam a intenção de criação do próprio emprego, junto dos seus serviços de atendimento de primeira linha.

Prioridade a intervenções de cariz assistencialista, o CLAS apontou para intervenções sociais que correspondiam a uma visão em que o primordial era proceder-se à criação de bancos de recursos, não se ancorando esta opção numa necessidade identificada.

Ao nível da criação de bancos de recursos nenhum participante identificava esta necessidade como prioritária, pelo que o grupo não iria investir sobre a matéria.

Participar é dar contributos, a prática da construção dos documentos estratégicos do Programa Rede Social tinha sido a de chamar os parceiros em momentos que a estrutura municipal entendia como significativos, para pedir contributos e recolherem opiniões em alguns assuntos.

As questões da participação, enquanto processo de implicação e tomada de decisão, eram muito relevantes para todos e constituíam mais um elemento de identificação entre os quatro profissionais que não pretendiam deixar passar a oportunidade de se posicionarem e de trazer para o palco de revisão do PDS, um posicionamento de entender as pessoas desempregadas não como objetos de políticas, mas como os sujeitos determinantes dos seus próprios projetos de vida.

Quadro 8: Problemas, necessidades e potencialidades

Problemas	Necessidades	Potencialidades
Desemprego com uma dimensão considerável	Compreender o fenómeno nas suas diferentes dimensões; Disseminar informação acerca dos recursos locais existentes; Criar espaços de discussão e envolvimento dos diferentes atores.	Localização geográfica do concelho; Profissionais na área da intervenção social com experiência de trabalho de proximidade com desempregados e empregadores.
Desemprego jovem qualificado supera-se com a implementar de ações no âmbito do empreendedorismo	Desmistificar a ideia de que o empreendedorismo é a única via para a integração de jovens licenciados no mercado de trabalho; Abrir possibilidades de discussão e construção de intervenções em que participem todos os implicados.	Profissionais na área da intervenção social com experiência de trabalho de proximidade com desempregados e empregadores. Existência de um projeto piloto nesta área de intervenção, que se socorre de metodologias participativas; Poder construir-se respostas à medida das necessidades dos sujeitos implicados.
Prioridade a intervenções de cariz	Desconstruir a ideia de que a exclusão social se	O concelho conta com um número significativo

<p>assistencialista</p>	<p>combate somente através da atribuição de bens de primeira necessidade; Tornar perceptíveis os recursos afetos à intervenção social nas diferentes freguesias.</p>	<p>de instituições de solidariedade social que fazem um trabalho de recolha e distribuição de bens de primeira necessidade; As juntas de freguesia têm uma relação de trabalho em parceria com estas instituições, sendo algumas autarquias detentoras deste tipo de recursos.</p>
<p>Participar é dar contributos</p>	<p>Alterar a representação de que a participação consiste numa consulta ou recolha de opinião; Fomentar práticas de construção de intervenções sociais.</p>	<p>As respostas co-construídas abrem caminhos para a transformação social no sentido de uma sociedade mais justa, menos desigual e empenhada na implementação dos direitos humanos.</p>

3.4.2. Visão e finalidade

Os participantes do Projeto tinham a conceção de que Portugal é uma democracia participativa que visa a persecução dos direitos e liberdades consignados na Constituição da República.

Consideravam o Programa Rede Social como uma medida de política social que se suporta nestes princípios e a nível local entendiam-na como uma possibilidade concreta dos cidadãos definirem prioridades e participarem de forma efetiva no processo de desenvolvimento.

Era sua convicção de que o Programa da Rede Social “poderá contribuir decisivamente para a consciência pessoal e colectiva dos problemas sociais, para a activação dos meios e agentes de resposta e para as inovações recomendáveis” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, p. 6253).

Tendo subjacente esta visão, a finalidade desta investigação “a razão de ser ... e a contribuição que ela pode trazer aos problemas e às situações que se torna necessário transformar” (Guerra, 2002, citada por Antunes & Alves, 2014, p. 162) é desenvolver uma cultura de participação efetiva e dinâmica dos diferentes interlocutores do Programa Rede Social em Vila Nova de Gaia, de modo a garantir que as intervenções sociais se direcionam ao combate à pobreza e à exclusão social, promovendo o desenvolvimento social local.

3.4.3. Objetivos

Delineadas a visão e a finalidade passou-se à definição dos objetivos gerais enquanto “grandes orientações para as ações ... descrevendo as grandes linhas de trabalho a seguir...” (Guerra, 2002, citada por Antunes & Alves, 2014, p. 162), bem como os específicos, operacionais.

O Projeto teve os seguintes objetivos gerais (OG) e específicos (OE):

OG1 – Analisar criticamente e redefinir os processos e princípios de intervenção social no âmbito do CLAS.

- OE1 – Estabelecer relações de horizontalidade entre os sujeitos presentes nas reuniões de trabalho;
- OE2 – Facilitar o uso da palavra garantindo um ambiente de segurança e confiança entre os profissionais;
- OE3 – Valorizar todos os contributos partilhados no coletivo como fonte de reflexão e análise crítica;
- OE4 – Escutar a opinião de cada profissional relativamente à pertinência dos desafios colocados ao nível de freguesia e concelho.

OG2 - Elaborar propostas de intervenção social no âmbito das áreas indicadas pelo CLAS que propiciem a ocorrência de mudança de paradigma de resposta.

- OE5 – Criar espaço para que os profissionais possam lançar propostas de intervenção que respeitem uma metodologia de Investigação Ação Participativa;
- OE6 – Implicar atores significativos, com poder político e institucional, de modo a facilitar a aceitação de novas propostas;
- OE7 – Planificar estratégias e ações concretas para a implementação de novas propostas de intervenção.

3.5. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO E AVALIAÇÃO

3.5.1. Ações

A avaliação de entrada correspondeu a uma segunda avaliação, após a realização da avaliação do contexto.

Da análise da realidade ressaltou um conjunto de problemas, necessidades e de potencialidades. Em função disso, e definida a visão, delimitaram-se a finalidade, os objetivos gerais, os objetivos específicos, as ações a serem concretizadas pelo Projeto e as estratégias a adotar.

A priorização dos problemas e necessidades surgiu pensando-se que haveria margem para se concretizarem mudanças, pelo que simultaneamente se identificaram algumas potencialidades, conferindo coerência à concretização do Projeto.

A mudança que se preconizou, de desenvolver uma cultura de participação no contexto do Programa Rede Social com o envolvimento dos diferentes sujeitos, com o fim de que as intervenções sociais fossem efetivamente vocacionadas para o combate à pobreza e à exclusão social, promovendo o desenvolvimento social local, demonstrou a existência de uma relação entre a finalidade e os objetivos gerais. Relativamente a estes últimos foram implementados procedimentos que pudessem permitir alcançá-los.

Este Projeto centrou-se em 2 grandes ações, que se concretizaram através de um conjunto de atividades.

- *Ação 1 “Dar voz aos profissionais” (notas de campo: apêndices 1, 2, 3 e 4)*

Para esta ação foram definidas 2 atividades:

A1 – Recolha de contributos

A2 – Apresentação de experiências de trabalho relacionadas com as áreas de intervenção propostas

Tal como havia sido explanado o Projeto conheceu os seus primeiros passos em contexto de reuniões de trabalho coletivas.

À partida houve que estabelecer, ainda que de forma informal, um compromisso de confidencialidade e seleção no uso para o exterior da informação produzida nas sessões de trabalho, na elaboração em grupo das agendas de trabalho e a garantia de que todos os profissionais tinham oportunidade de se pronunciarem, sendo portanto parte integrante na tomada de decisão.

O diálogo foi sendo direcionado para uma “prática da participação democrática ... experimentar a importância das suas opiniões, sentimentos, desejos e necessidades tanto próprias como alheias, e contribuir para a melhoria de situações injustas ou desagradáveis” (Sérgio, 2003, p. 9). Porém, havia vozes em silêncio e conseguir a exposição de experiências, a procura de outros caminhos, impôs o “desenvolvimento de atitudes de abertura, compreensão e empatia” (Sérgio, 2003, p. 9), para que dessa forma todos entendessem que aquele espaço era seu e como tal o passassem a assumir.

A ação 1 iniciou-se em julho de 2016, com o 1º encontro de trabalho e decorreu em instalações municipais. Como foi afirmado anteriormente a mesma teve como protagonistas os profissionais dos gabinetes de ação social das juntas de freguesia do concelho, que se fizeram acompanhar, pela primeira vez, dos profissionais dos gabinetes de inserção profissional existentes nessas autarquias; profissionais do departamento de ação social municipal; profissionais que integram o núcleo executivo; avaliador externo do Programa Rede Social em Vila Nova de Gaia.

Contemplou uma agenda de trabalho com um conjunto de assuntos, de que se destacava empreender esforços para responder aos desafios colocados pelo Conselho Local de Ação Social (dar resposta à criação de bancos de recursos: banco do bebé e banco do sorriso, criação de uma incubadora para o emprego).

Enquanto reunião coletiva, a metodologia de trabalho adotada consistiu numa discussão alargada em que todos os presentes, após uma curta apresentação pessoal, foram convidados a expressar a sua opinião acerca dos temas em discussão, procurando a equipa organizadora da reunião fomentar a interação entre todos os sujeitos.

O encontro teve a duração de uma manhã e os resultados tornaram patente as divergências de opinião acerca da efetiva necessidade de criação deste serviço em alguns territórios, nomeadamente nas freguesias com maior número de habitantes, por existirem no terreno instituições vocacionadas para este fim e que sempre que solicitadas a prestar este tipo de apoio haviam dado a devida resposta; registou-se uma heterogeneidade de realidades, freguesias com dinâmicas muito distintas, desde os recursos locais, passando pelo tipo de necessidades sentidas, trabalho em rede e o posicionamento dos profissionais para um trabalho numa linha focalizada na satisfação de necessidades básicas e outros voltados para intervenções mais estruturantes.

Fazendo uma síntese do primeiro encontro, pode-se afirmar que foi compreensível a ausência de consenso sobre priorizar a criação dos bancos de recursos em detrimento da área do emprego. Dos argumentos para uma inversão de posições, salientava-se o número de desempregados residentes em Gaia, a inexistência de ações/programas para jovens licenciados, a saída dos jovens licenciados para outros concelhos ou até para o estrangeiro, ao que se juntava o argumento de o emprego ser um fator estruturante nas sociedades atuais.

Face ao descrito, os profissionais presentes decidiram por maioria manter a intenção de criar o banco do bebé e provocar o agendamento de uma nova reunião, com este propósito.

Esta decisão tornou mais nítida a janela de oportunidade que se poderia abrir se fosse promovida uma estratégia de desocultação de opiniões, a qual se foi concretizando através de conversas informais, designadamente com profissionais dos gabinetes de inserção profissional, motivando à sua participação.

Como se avizinhava o período de férias, o 2º encontro de trabalho teve lugar em Setembro de 2016 em instalações municipais. Os protagonistas deste encontro foram uma vez mais profissionais dos gabinetes de ação social das juntas de freguesia do concelho, acompanhados dos profissionais dos gabinetes de inserção profissional existentes nessas autarquias; um profissional afeto ao núcleo executivo; avaliador externo do Programa Rede Social em Vila Nova de Gaia. A agenda de trabalho veio na sequência do encontro anterior e a metodologia utilizada foi novamente uma discussão alargada.

O encontro teve dois momentos distintos, um primeiro em que prevaleceu a posição de avançar com a criação do banco do bebé, surgindo uma proposta de serem as juntas de freguesia a organizar/coordenar os recursos existentes em cada área geográfica. Porém, levantavam-se dúvidas se tal seria aceite por parte das instituições que têm este tipo de resposta no terreno, havendo profissionais que não se reviam nestas tarefas.

Era visível a dissonância de perspetivas e posições e da discussão destas diferenças gerou-se uma reconfiguração da proposta, a negociação permitiu perceber da pertinência em criar-se uma estrutura de organização dos recursos alimentares, e outros de apoio a famílias, já existentes no concelho. Esta estrutura seria formada por profissionais do município, das juntas de freguesia (em sistema rotativo), da área da saúde, educação e segurança social e, para além das funções de coordenação, teria também a responsabilidade de trabalhar no sentido de conseguir a afetação de mais

recursos aos mesmos fins, surgindo como exemplo a realização de campanhas públicas de recolha de bens, sendo da opinião geral trabalharem-se questões de imagem e de marketing a este propósito.

Como se referiu anteriormente, registou-se um segundo momento de trabalho e, desta feita, a discussão centrava-se na proposta de criação de uma incubadora de emprego para jovens licenciados, numa conceção de incentivo ao empreendedorismo e de criação do próprio emprego.

Tornara-se perceptível que uma larga maioria dos profissionais dos gabinetes de ação social entendia que a intervenção na área do emprego era exclusiva dos profissionais dos gabinetes de inserção profissional, e não sua, gerando-se uma discussão acerca desta posição, o que já se abordou anteriormente.

Ficou também claro que os profissionais se mobilizavam entre duas visões, uma de pendor pragmatista e outra que advogava a rutura de paradigma interventivo.

Ora estas duas perspetivas, e considerando os argumentos elencados por Finger & Asún (2003, citados por Bernardo, 2015), fazem parte de um conjunto de “...perspectivas teóricas que marcaram as tradições intelectuais e teóricas da Educação de Adultos” (p. 16).

Relativamente à primeira centra-se exclusivamente na resolução de problemas, sem questionamento da sua causalidade, pelo que a intervenção social deveria ser vocacionada para a redistribuição de bens que seria a resposta ajustada à manutenção do modelo social vigente, sustentado numa hierarquização de poderes entre agentes sociais.

A aposta interventiva centrar-se-ia no fomento da “capacidade humana de plasticidade, de primeiro, aprender com a experiência (com os erros) e, em segundo lugar, construir sobre esta aprendizagem, e, ao fazê-lo, aumentar a própria capacidade de aprendizagem” (Dewey, n. d., citado por Finger & Asún, 2003, p. 37). Daqui derivaria a perspetiva de que independentemente da natureza dos problemas, os mesmos constituíam sempre oportunidades de aprendizagem, havendo uma conceção de “que o que for bom para o ser

humano individual é necessariamente bom para a espécie humana, e vice-versa” (Dewey, n. d., citado por Finger & Asún, 2003, p. 39).

A grande crítica feita a esta perspectiva

diz respeito à falta de problematização do paralelismo entre desenvolvimento individual e societal e entre as instituições e as estruturas sociais. No fundo nenhum dos teóricos desenvolveu uma teoria da aprendizagem do adulto como mudança social, mas sim apenas um discurso sobre a aprendizagem no adulto na resolução de problemas (Bernardo, 2015, p. 17).

Já a segunda focalizava-se na reafirmação da importância do poder local versus a transferência de intervenção para o sector privado, contendo o esvaziamento das funções e deveres do estado para com as populações, firmando a intervenção social no incremento dos direitos sociais.

Um discurso que incidia na importância de se pensar criticamente a sociedade, de se questionar o modelo de intervenção social, criando um espaço de construção da mesma, dando voz à população, no sentido de abrir possibilidade à contestação das opções que se tomam em termos de desenvolvimento, tendo em vista a mudança social. Uma perspectiva na linha de pensamento de Paulo Freire que preconiza a conscientização como forma de libertação dos sujeitos que ao “tornarem-se conscientes da sua opressão cultural interiorizada” (Freire, n. d., citado por Bernardo, 2015, p. 19) se emancipam e atuam no sentido de acabar com as desigualdades e injustiças sociais.

Na atualidade a Educação de Adultos está ligada ao desenvolvimento local e torna-se efetiva mediante a participação dos sujeitos (Bernardo, 2015), sendo concebida “como processos [...] capazes de colocar o enfoque nos processos de aprendizagem, valorizando os conhecimentos experienciais, a interação coletiva na resolução de problemas locais” (Canário, 1999, citado

por Bernardo, 2015, p. 5). Tal como Canário entende-se como imprescindível dar relevo aos sujeitos e às suas ações, por se olhar para o desenvolvimento enquanto “processo participado e negociado” (Canário, 1999, citado por Bernardo, 2015, p. 5).

Foi por isso decisivo que o clima de confiança que se foi gerando entre os profissionais e a motivação à participação e implicação, conseguissem surtir resultados ao nível de partilha, uma vez que “...a prática educativa não pode ser associada a uma prática de dominação (Freire, 1987), mas a uma prática que se proponha autêntica e liberte saberes e consciências” (Bernardo, 2015, p. 30).

Precisamente por isso estiveram criadas condições para que a “Patrícia” explicitasse, ainda que em linhas gerais o trabalho experimental que estava a desenvolver e que consistia num projeto de curta duração que procurava apoiar os licenciados desempregados na procura de emprego, na identificação dos seus interesses, na definição de abordagens diferenciadas das tradicionais ao mercado de trabalho, dando-se uma atenção especial às entrevistas de emprego.

Após esta partilha, os presentes consideraram igualmente que o núcleo executivo deveria ouvir outros parceiros locais que pudessem ser uma mais-valia na troca de informação e de experiências e disso pudesse dar-se conhecimento na próxima sessão de trabalho que teria como objetivo a construção, com o contributo de todos, de uma linha de ação para o trabalho com jovens licenciados desempregados.

Esta intervenção captou a atenção de alguns profissionais e no final da reunião foi motivo de conversa informar e troca de ideias sobre a importância de serem tidos em conta, na proposta de intervenção a construir, os princípios que haviam presidido ao trabalho que estava a ser realizado pela “Patrícia”.

Em outubro de 2016 dá-se o 3º encontro de trabalho, com os mesmos protagonistas do 2º, a agenda de trabalho decorreu sob a égide da continuidade da anterior e a metodologia de trabalho manteve-se inalterável.

A reunião iniciou-se pelo ponto de situação das tarefas que o núcleo se tinha comprometido levar a efeito; o profissional ligado ao núcleo executivo e o avaliador externo apresentaram o desenho de uma proposta de formação denominada “Gaia Projeto Comunidade Empreendedora”, para jovens licenciados desempregados, que tinha como particularidade conceber este público como formandos e no final de um percurso pré-determinado serem encaminhados para enveredar pela criação do seu próprio negócio.

Esta proposta motivou reparos porque os profissionais sentiam poder estar-se a caminhar no sentido do que denominavam “mais do mesmo”, em que se daria um confronto com uma realidade de pessoas informadas, esclarecidas sobre o modelo formativo, e formação não correspondia a uma necessidade sentida, bem pelo contrário dada a sua escolaridade, não se iriam rever num caminho desse tipo.

Porque o município tinha elaborado várias candidaturas ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), houve lugar à intervenção por parte de um elemento da equipa municipal que protagonizou este processo, que alertou para a possibilidade de, em caso de aprovação das candidaturas, se poderem canalizar recursos financeiros para apoiar determinadas ações a desenvolver no âmbito da empregabilidade.

Foi do entendimento geral trabalhar-se a proposta em moldes distintos, em reunião a realizar-se em novembro.

A citada reunião seguiu os moldes da anterior tanto no que se refere ao local de realização, como protagonistas, agenda e metodologia de trabalho. Iniciou-se pelo ponto de situação dos contactos realizados entre o profissional do núcleo executivo, o avaliador externo e um dirigente do IEFP, enquadrando os resultados na proposta “Gaia Projeto Comunidade Empreendedora”. Terminada a descrição dos resultados destas démarches, concluiu-se que tinha sido dada uma nova roupagem à proposta anteriormente apresentada, pelo que não ia ao encontro das observações feitas pelos profissionais.

Esta proposta foi acolhida com surpresa e motivou algumas reações de desaprovação por não respeitar a metodologia que havia sido discutida, o que

levou a que alguns profissionais formulassem questões neste âmbito, tendo sido possível negociar que cada profissional pudesse pronunciar-se e enviar, via *email*, reformulações/contributos ao projeto apresentado, não ficando a proposta fechada. Foi entendido por consenso que posteriormente se iria proceder à marcação de novo encontro de trabalho.

Como pessoalmente não havia identificação com esta forma de abordagem, foi assumido um posicionamento de rutura, e sendo perceptível a partilha desta posição por parte de outras pessoas, foi tomada a decisão de encetar um processo de aproximação a esses interlocutores, a partir do gabinete de ação social em contexto da junta de freguesia, onde exerço a minha atividade profissional, o que anteriormente foi explorado.

Deu-se assim corpo à intenção de criar uma oportunidade de trabalho em que se fez da interação a chave para um processo negocial, em que os assuntos em vista abririam consenso entre atores.

- *Ação 2 “Inovando criando uma resposta à medida” (notas de campo – apêndices 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13)*

Para esta ação foram definidas 6 atividades:

A3 – Realização de processos de negociação suscetíveis de facilitarem a construção de uma nova proposta de intervenção

A4 – Criação de momentos de trabalho, para além dos inicialmente propostos

A5 – Dar conhecimento ao CLAS do ponto de situação do trabalho em curso

A6 – Dar continuidade aos momentos de trabalho coletivo

A7 – Chegar à versão final da proposta de Projeto

A8 – Negociar a integração do Projeto na proposta do novo PDS do Concelho

Novembro de 2016 ficou marcado pela realização da 1ª sessão de trabalho em instalações de uma junta de freguesia e que reuniu profissionais de duas uniões de freguesia e de uma junta de freguesia, num total de 6 pessoas.

Da agenda de trabalho constatava como ponto único compreender quais as perceções que cada pessoa tinha do curso que o último encontro de profissionais havia tomado em face das preocupações e das sugestões surgidas da discussão feita pelo coletivo de profissionais. A metodologia consistiu numa reunião de trabalho em que cada profissional foi expressando individualmente a sua posição acerca deste assunto.

Ressaltou desde logo a constatação de que as pessoas presentes partilhavam de uma sensação de desconforto, de algum desencantamento pelo caminho que se estava a seguir e simultaneamente de questionamento do que se poderia fazer.

A discussão provocou uma viragem de perspetiva entre as pessoas presentes, e, a dado momento, caiu o “eu penso”, “eu sinto”, para surgir o “será que nós ... !”.

Notoriamente havia em comum inquietude, vontade de mudança, de não baixar os braços e deixar acontecer, para empreender. Como profissionais sentíamos que era chegado o momento para atuar.

As partilhas da “Patrícia” mostraram-se uma vez mais fundamentais. A forma como descrevia o sentir dos participantes do grupo experimental com quem havia privado, tornou possível compreender-se que a adesão, a motivação e as mudanças efetivas que essas pessoas tinham experienciado haviam sido construídas com base na participação e no respeito pela sua opinião. A forma como se sentiam valorizadas como pessoas e não tidas como objetos, era manifesta nos contactos que a “Patrícia” mantinha com as mesmas e nos quais estas manifestavam o desejo de trazer amigos licenciados desempregados para participar em processos idênticos de intervenção.

Esta tomada de consciência em coletivo levou ao entendimento unânime de que não enviaríamos sugestões de alteração à proposta de formação enunciada no último encontro realizado por iniciativa municipal, mas iríamos

assumir a posição de criação de um modelo diferenciado de intervenção que assentasse nos princípios que em conjunto defendíamos como fundamentais: *participação* de todos os interessados nos contornos da intervenção e não uma intervenção em formato de cima para baixo, em que os sujeitos são pensados como meros recipientes sem espaço de participação efetiva ao longo do processo, *proximidade* fazer da relação que existia entre os profissionais e a população uma estratégia de implicação e inovação, criando espaço a novas formas de intervenção e de reconfiguração de trabalho em parceria, *dar visibilidade ao papel das juntas de freguesia* na ótica do que é proposto pela legislação de enquadramento do Programa Rede Social, conferindo-lhes o papel de mobilizadoras locais.

A reflexão foi profunda e levou-nos a perceber que nos encontrávamos num processo de mudança de práticas. Um processo que iria “alicerçar-se e ser suporte de um pensamento crítico e reflexivo que permita a desocultação e contribua para a transformação de uma realidade injusta mas naturalizada e legitimada, pelos grupos dominantes como justa” (Cortezão, coord., 2001, p. 60).

Nestes termos, e por consenso, conciliamos posições e foi decidido estrategicamente que o primeiro passo deveria ser o de produzir um documento a explicar a ideia de criar uma intervenção de proximidade para jovens desempregados licenciados a partir das juntas de freguesia, procurando compreender até que ponto os dirigentes, das entidades em que exercíamos a nossa atividade profissional, estariam dispostos a abraçar a ideia e nos permitiriam avançar no sentido de a levar junto do núcleo executivo municipal para saber da receptividade da mesma poder integrar a nova proposta de PDS.

Seguidamente, e no caso de estar confirmado o aval político, avançaríamos com um pedido de reunião com o elemento do núcleo executivo da rede social afeto ao município, que fazia a mediação com os profissionais das juntas de freguesia.

Por isso mesmo, findo este encontro de trabalho e, dando cumprimento à estratégia delineada, cada elemento do grupo teve de encontrar espaço para dialogar com os responsáveis nas respetivas autarquias.

Os resultados desta abordagem nas duas uniões de freguesia resultou na anuência para o prosseguimento das diligências, tendo ainda sido possível conseguir a concordância dos políticos locais para que, na eventualidade do núcleo executivo não entender como pertinente a proposta, da mesma poder avançar nos territórios abrangidas pelas uniões de freguesia em questão a partir das próprias autarquias.

O surgimento deste espaço de reflexão, em que se criaram condições para a construção de uma resposta à medida, pôs em evidência de que a “integração em parcerias de rede estratégicas beneficia os seus elementos devido ao conhecimento, recursos, experiência e inovação que os outros elementos da rede possam possuir” (Coelho, 2012, p. 49), o que o tornou num “processo de aprendizagem e respeito mútuos” (Gonçalves, coord., 2014, p. 452).

De dezembro 2016 a fevereiro de 2017 o grupo consolidou-se nos profissionais das duas uniões de freguesia, pois os pertencentes a uma junta de freguesia, por estarem ainda numa fase de auscultação dos seus responsáveis autárquicos, entenderam por esse motivo não dar continuidade à sua pertença ao grupo; os participantes nesta nova configuração grupal já foram caracterizados. Na prática a estratégia pensada teve que ser contida no tempo e decorrida uma paragem, foi indispensável avançarmos na intenção de reunir com o núcleo executivo da rede social.

Neste período de tempo o trabalho desenvolveu-se no sentido de unirmos esforços para se construir um dossiê que integrasse o projeto piloto que tinha decorrido numa destas uniões de freguesia e que desse expressão a testemunhos de desempregados que tivessem vivenciado esta experiência que se distanciava das formas de abordagem tradicionais. A metodologia de trabalho foi sendo adequada aos diferentes momentos e concretizou-se em contactos via telefone, internet e num encontro presencial.

Esta conjugação de forças resultou na elaboração de um documento de apresentação da ideia que se pretendia expor junto do núcleo executivo e na construção de uma apresentação em *powerpoint* alusiva aos aspetos fundamentais da mesma.

Decidimos por consenso que um dos elementos do grupo se responsabilizava por solicitar o agendamento de uma reunião com o núcleo executivo. A escolha recaiu na pessoa que tinha maior proximidade com o profissional de ligação, cabendo-lhe a missão de abrir caminho e demonstrar a intenção que havia do grupo de dar a conhecer o trabalho que vinha desenvolvendo e que espelhava uma outra forma de abordagem junto de jovens licenciados desempregados.

Sendo este um cenário nunca antes colocado, pois a iniciativa de diálogo partia sempre da parte do município, sob a forma de convocatórias, e não por iniciativa das parcerias tendo por fim um processo negocial, tivemos de pensar de forma cautelosa no caminho a percorrer para que a diligência resultasse e não desencadeasse mal-entendidos ou resistências.

Após reflexão, e já com a abertura para a realização desta reunião, planeamos cuidadosamente a abordagem, delineando regras a pôr em prática neste cenário negocial (Gonçalves, coord., 2014). Decidimos estabelecer um plano de condução da reunião, que tornasse claro como tinha surgido este grupo restrito de trabalho, pondo em evidência que o mesmo resultava das afinidades de visão da intervenção social e da vontade expressa de serem criadas oportunidades de inovação de práticas, dando espaço aos sujeitos de terem voz nos seus próprios percursos, fazendo uma ponte com os resultados havidos numa experiência anterior, vivenciada por um dos elementos deste grupo, numa lógica de intervenção grupal e individual com os sujeitos.

Era fundamental definirmos a designação a atribuir ao Projeto, fazendo uma opção que destacasse a intervenção num horizonte amplo de gerar condições para a empregabilidade no Concelho, numa perspetiva inclusiva e integradora de sujeitos, que de algum modo a pudesse situar na proximidade ao conceito municipal “Gaia + Inclusiva”, que tinha sido concebido sob a

senda de “incluir e cooperar”.⁶ Com esta intenção a escolha recaiu na denominação “Gaia Emprega +”.

Em fevereiro de 2017 foi levada a efeito em instalações municipais a reunião entre o grupo do Projeto e a representante do município no núcleo executivo da Rede Social, que se fez acompanhar de mais dois profissionais da equipa municipal de ação social.

Tal como havia sido combinado a reunião teve como propósito a apresentação do dossiê com a ideia da proposta de intervenção social junto dos jovens licenciados desempregados e foi mantido o posicionamento acordado anteriormente pelo grupo de trabalho. Assim, a mesma iniciou-se por “uma introdução positiva” (Gonçalves, coord., 2014, p. 453) de trabalho, firmada numa atitude de cooperação e não competição, o que granjeou frutos e conquistou a confiança dos interlocutores.

O encontro decorreu sob a égide de uma negociação cooperativa, tal como a define Gonçalves (coord., 2014) tendo-se tido em atenção um conjunto de procedimentos fundamentais, como argumenta Mello, (2003, citado por Gonçalves, coord., 2014, p. 452) “a troca de informações legítimas, a construção da relação de confiança, a perceção correta do outro negociador e o respeito pelas diferentes conceções de justiça”.

Daí resultou que os interlocutores manifestaram opinião favorável a trabalhar-se numa perspetiva de proximidade, de partir de experiência feita, mas construindo novas oportunidades de intervenção conciliando os saberes dos sujeitos e dos profissionais. Por conseguinte, definiram que iriam fazer chegar a mensagem junto do avaliador da rede social, uma vez que este

⁶ O “Gaia + Inclusiva “ foi definido pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia como um Programa Municipal que foi concebido a partir da necessidade de “redefinir o papel das autarquias, reforçando e valorizando o seu potencial de intervenção de proximidade, assumindo o seu potencial de inovação, de interinstitucionalidade, de intervenção concreta em problemáticas também concretas e de horizontalidade institucional dimensões que reforçam o potencial e o papel da Rede Social”; extraído do documento de apresentação pública do citado Programa.

acompanhava o processo de revisão do PDS, o que poderia implicar a realização de uma outra reunião para explicitação da abordagem proposta, a qual veio a ocorrer ainda no mesmo mês.

Teve como participantes a representante da câmara municipal no núcleo executivo da rede, o avaliador externo da rede social e na parte final da reunião um responsável pelo respetivo departamento municipal e o grupo do Projeto, com exceção de um dos elementos que por motivos profissionais inadiáveis não conseguiu estar presente. A reunião resultou na aceitação por parte dos representantes municipais desta forma de abordagem à “encomenda” surgida no contexto do Plenário do CLAS, tendo os mesmos decidido que se deveria dar conta ao Plenário na próxima reunião a realizar, do trabalho que vinha sendo feito e da intencionalidade que existia de que o mesmo fosse experienciado no Concelho, tendo como base promotora as juntas de freguesia.

Foi consensual que havia que ser dado a conhecer ao grupo alargado de profissionais o trabalho que o grupo restrito tinha desenvolvido, ainda antes da realização do Plenário e compreender qual a sua receptividade para que esta proposta viesse a entregar a revisão do PDS.

Estava-se num momento crucial e desconhecia-se o rumo que o próximo passo reservava, pelo que emergiram algumas questões:

Que posicionamento iria adotar o grupo alargado de profissionais? Em que medida iria rever-se nos princípios de participação da proposta de intervenção?

Aceitaria o Plenário do CLAS a recentragem da intervenção em moldes distintos dos que havia indicado? Como se pronunciaria perante novos argumentos e opções diferenciadas de intervenção?

Qual seria o posicionamento do Centro de Emprego local perante um processo construído à medida com as pessoas interessadas, uma vez que tinha uma postura muito focalizada em soluções padronizadas e universais?

Em fevereiro de 2017, e a preceder a reunião do CLAS, realizou-se o encontro com o grupo alargado de profissionais, tendo dois elementos do

grupo restrito feito a apresentação da proposta que vinha sendo trabalhada, cujos princípios já se enunciaram, verificando-se que os participantes não levantaram obstáculos a que a mesma avançasse e fosse apresentada em Plenário do CLAS.

Ainda no mesmo mês reuniu o plenário do CLAS, nas instalações municipais, tendo estado presentes os membros que o integravam com direito de voto, bem como os profissionais dos gabinetes de Ação Social, na qualidade de convidados, sem direito de voto, mas com possibilidade de intervir nos trabalhos, como era habitual.

Da ordem de trabalhos, no ponto relativo à ordem do dia, constava a revisão do PDS – ponto de situação e na reunião foi dada a palavra à “Patrícia”. Esta em nome do grupo do Projeto e, conforme o previsto, deu a conhecer ao plenário o trabalho que estava em curso tendo por fim a criação de um Projeto de intervenção social para jovens licenciados desempregados. Um trabalho que resultava da iniciativa de profissionais de duas uniões de freguesia e que procurava criar espaços de inovação no âmbito da intervenção, indo ao encontro dos princípios exarados na legislação de enquadramento ao Programa Rede Social, nomeadamente no que diz respeito à participação de todos os implicados.

Há que salientar que esta apresentação foi enquadrada, por parte de responsáveis municipais, como um trabalho que visava integrar a proposta de revisão do PDS e não motivou resistências ou apreciações desfavoráveis da parte dos presentes. Sentiu-se haver um clima de expectativa e abertura para um outro questionamento acerca da forma de abordagem aos jovens licenciados desempregados, no sentido de os implicar no processo, procurando-se forma de se conseguir dar resposta aos seus problemas e anseios.

A expectativa criada tinha sido de abertura e acolhimento a uma proposta de intervenção inovadora, seria agora necessário ultimar procedimentos para dar corpo ao sucedido.

Nesse sentido em abril de 2017 os profissionais dos gabinetes de ação social foram convocados para uma reunião de trabalho com um responsável político e um quadro dirigente municipal. Este encontro de trabalho teve a particularidade de agregar profissionais, políticos, em virtude dos presidentes das juntas de freguesia terem sido chamados ao mesmo.

Surpreendeu as pessoas implicadas o facto de haver um leque tão vasto de assuntos e de interlocutores, tornando confuso os patamares de decisão e inibindo a participação de alguns dos participantes, por estarem em presença destas chefias.

A justificação para esta situação foi que por esta via se evitariam mais reuniões e rapidamente se poderiam tomar decisões, pois a finalização da proposta de PDS era premente.

Como se afirmou, tratou-se de uma reunião com uma ampla agenda de temas, em que um deles era a revisão do PDS. Chegados a este ponto, foi dada a palavra ao avaliador externo que passou a explanar as démarches que tinham sido feitas e que envolviam o Instituto do Emprego e Formação Profissional e a Universidade Católica no Porto.

Neste desenho de intervenção tinham sido delineados 3 eixos: 1) “Gaia Emprega +” – em que a intervenção a ser experimentada passaria a incorporar uma proposta de estabelecimento de um protocolo com a supra citada entidade universitária, com o fim de ser disponibilizado acompanhamento, formação e apoio técnico aos profissionais envolvidos nas diferentes freguesias do Concelho de Gaia, prevendo-se ainda a hipótese de estabelecimento de um protocolo com o IEFP para poderem ser geradas formações à medida das necessidades enunciadas pelo Projeto; 2) “Agência de orientação e acompanhamento – percursos para o emprego” que contemplava a proposta de criação de cursos técnicos superiores profissionais a ministrar pela Universidade Católica e o apoio técnico na criação de negócio; 3) “Agência da Empregabilidade” que colocava em perspetiva a eventualidade de uma futura candidatura ao quadro comunitário e a criação de uma equipa multidisciplinar para apoio às freguesias.

Esta explanação só motivou duas intervenções, que foram pedidos de esclarecimento sobre o papel das juntas de freguesia em todo processo, porque existia a preocupação que pudesse ocorrer um desvirtuar da intenção de participação de todos os sujeitos implicados no Projeto, por escolha de um pacote formativo tradicional, o que recebeu respostas tranquilizadoras de que os princípios e a forma de trabalho preconizadas não sofreriam quaisquer alterações. Gerou-se então a expectativa de que o Projeto iria ser integrado, na proposta de revisão de PDS a levar a apreciação do plenário CLAS em julho de 2017.

Como previsto o Plenário do CLAS reuniu no referido mês e um dos pontos da ordem de trabalho foi a apresentação de uma proposta de PDS, a qual veio a ser aprovada após uma segunda reunião que surgiu para que os parceiros pudessem ter mais tempo para análise e envio de propostas de alteração.

3.5.2. Indicadores e resultados esperados

Para as 2 ações que o projeto contemplou foram determinados os indicadores que permitissem aferir como se avançou na direção dos objetivos estabelecidos e os resultados esperados.

Relativamente à *Ação 1 “Dar voz aos profissionais”* os indicadores foram os seguintes:

- Participação da maioria dos profissionais na discussão e reflexão
- Participação de todos os presentes na tomada de decisão.

Em termos de resultados esperados estes apontaram para:

- Questionamento dos profissionais acerca das suas práticas nas áreas propostas.

Quanto à Ação 2 “*Inovando criando uma resposta à medida*” os indicadores foram os seguintes:

- Primeira versão do projeto de intervenção social;
- Reunir com decisores;
- Intervir no Plenário do Conselho Local de Ação Social.

Os resultados esperados consistiram em:

- Partilhar com os parceiros do Conselho Local de Ação Social o Projeto de Intervenção;
- Chegar à versão final do Projeto;
- Integração do Projeto na proposta do novo PDS do Concelho.

3.5.3. Avaliação final do processo

A avaliação final do processo foi o momento para se efetuar a análise do significado e impacto do Projeto “Gaia Emprega +”, procurando perceber se o mesmo tinha efetivamente respondido aos problemas e necessidades enunciadas.

Para isso houve primeiramente que entender se o mesmo tinha respeitado um conjunto de critérios fundamentais: adequabilidade, pertinência, viabilidade, eficácia, equidade e participação.

O “Gaia Emprega +” teve as suas raízes no próprio contexto e foi sendo construído em consonância com a dinâmica que do mesmo advinha e dos sujeitos nele implicado.

Nasceu fruto de vontades, da participação de um conjunto de profissionais, que foram trilhando um caminho de exercício de cidadania e de aplicação dos princípios que a medida de política social Programa Rede Social faz apelo.

Chamou a atenção para a importância do respeito pelo outro, com direito à expressão da sua voz, concordante ou discordante com o discurso corrente dominante a nível institucional.

Porque o Projeto incidu na área do emprego, e esta como se argumentou anteriormente, tem uma dimensão e um peso preponderante na inserção social dos sujeitos, foi ao encontro do objetivo maior do Programa Rede Social combater a exclusão social e, em contraposição, apostar na promoção da inclusão e da coesão social (Decreto-Lei n.º 115/2006).

Foi um exercício de desconstrução de intenção de construção de respostas ao desemprego jovem qualificado de cariz único, num só sentido o empreendedorismo, dando lugar a um enfoque estruturante e globalizado do problema.

Se genericamente se comprovam estes critérios, devemos agora debruçar-nos ao nível das ações do “Gaia Emprega +”, tendo presente que o mesmo se sustentou numa metodologia de Investigação Ação Participativa e que foi pela “...sua extraordinária capacidade de activar a consciência crítica dos profissionais” (Coutinho et al., 2009, p. 375) que a mudança ocorreu.

Na verdade verificou-se que como afirma Paulo Freire (1975, citado por Coutinho et al., 2009, p. 375) «...quanto mais as pessoas se aplicam na acção transformadora das realidades, mais se “inserem” nela (na acção) criticamente».

Não esquecendo que estamos a realizar a avaliação do produto, e que foi feita uma opção metodológica concreta, a reflexão enquadrada nestas duas vertentes mostra-nos que no Projeto estiveram em destaque dois objetivos fundamentais para a compreensão das práticas vigentes e para que as mesmas pudessem ser melhoradas e até alteradas: ter sido uma intervenção numa escala de pequena dimensão em contextos reais, e ter-se procedido

continuadamente à análise dos impactos produzidos com a mesma (Coutinho, et al, 2009).

Relativamente à Ação 1 “Dar voz aos profissionais” o desenrolar desta ação pôs em evidência que as reuniões de trabalho coletivo realizadas, progressivamente estavam a fazer emergir o sentir dos profissionais.

Estes sujeitos apresentavam uma variedade de áreas de formação, desempenhavam funções diferenciadas e tinham vínculos de trabalho muito particulares e heterogéneos.

Existiam portanto condições para o eclodir de mais visões, de outras análises, de reflexões e de partilha, em oposição a uma perspetiva unifocal e mais empobrecida.

Se estes eram pontos fortes de partida, o processo registou nos primeiros momentos silêncios, perceções de hierarquia no espaço de participação por parte dos profissionais que estavam neste contexto de trabalho pela primeira vez. Consequentemente compreendeu-se que estes sujeitos entendiam que o poder de decisão lhes era muito distante, que cabia somente a alguns, o que confrontado com o instrumento de avaliação “Escada de participação” de Arnstein, 1969, citado por Fumega, 2013, colocava a situação nos degraus de “consulta” e “pacificação”.

Só com a construção de um espaço de confiança, de partilha e de respeito para com o outro, nas suas diferenças ou semelhanças, é que se tornou possível que os profissionais chegassem ao questionamento das suas práticas e demonstrassem abertura para acolher outros olhares sobre a realidade e a intervenção social.

A discussão então gerada pôs em questão a opção centrada na prioridade a intervenções de cariz assistencialista, reconfigurou a proposta de ação no plano de intervenção em matéria de redistribuição de bens de primeira necessidade, dando largas a que o coletivo começasse a pensar estrategicamente uma proposta de modelo organizacional de acesso e distribuição destes bens no Concelho de Vila Nova de Gaia.

Na concretização desta ação foi importante a postura adotada pela estrutura que mediou as reuniões, por ter demonstrado capacidade de escuta, por ter reformulado pontos de análise em momentos subsequentes aos de trabalho coletivo.

Igualmente foi preponderante a adoção de estratégias de apelo à participação, de alguma provocação, para que os profissionais expusessem a sua opinião, alguns deles pela primeira vez.

Este processo de co construção em que se alicerçou o Projeto, possibilitou que se criassem reais condições de concretização da Ação 1.

Na verdade, conseguiu-se fazer ouvir a voz dos profissionais e o diálogo/negociação que se foi estabelecendo abriu portas para a Ação 2.

Foi nesta ação que emergiu o grupo de participantes do Projeto “Gaia Emprega +”, como oportunamente se referenciou.

A proximidade entre profissionais, os momentos de conversa informal, de reflexão e partilha foram o sustentáculo de um processo negocial bem-sucedido, que criou as condições necessárias para a construção de novos momentos de trabalho que tiveram como resultado o surgimento de uma outra proposta de intervenção.

A partir desta partilha e desta confiança construída criou-se espaço para aprendizagem entre pares, de partilha de “... estados de ânimo, emoções, sentimentos ...” (Gonçalves, coord., 2014, p. 281), que foram da maior relevância para a qualidade das interações que se vieram a estabelecer (Gonçalves, coord., 2014). As partilhas feitas pela “Patrícia”, recorda-se que foi uma das participantes do grupo do Projeto, foram fundamentais para que o processo transformativo acontecesse. Aliando a isso, a forma incisiva como os outros elementos do grupo estiveram em todo o processo, foi determinante no caminho que se ia fazendo.

Granjear a confiança de decisores para que abrissem um espaço de escuta e conseguir que o mesmo pudesse ser transposto para o nível do Plenário do Conselho Local de Ação Social foi um desejo, uma ambição que também se realizou por meio de negociação em clima de confiança.

Fazendo uma vez mais apelo à “Escada de participação” verifica-se que a participação passou a situar-se nos degraus “parceria” e “delegação de poder” o que demonstra uma evolução de níveis de participação formal, de um ato simbólico (Fumega, 2013), para ser “... uma distribuição de poder equitativa e a obtenção de um grau de poder significativo, por iniciativa dos participantes ... onde há uma partilha de responsabilidades na tomadas de decisão e onde essas mesmas decisões são negociadas e nunca impostas unilateralmente” (Fumega, 2013, p. 44).

A equipa de mediação das reuniões de trabalho coletivo ao ter-se mantido ao longo do processo foi um facilitador para que portas se abrissem a uma outra perspetiva interventiva, o que significou um distanciar da intenção do desafio inicial de trabalho proposto aos profissionais que tinha um formato de resposta pré-definida.

Este processo participado e co construído culminou na integração do Projeto na versão final da proposta de PDS para o período de 2017 – 2021 e a sua apreciação constou de duas reuniões agendadas do Plenário do CLAS para julho de 2017, tendo a mesma sido aprovada.

É digno de nota que na primeira versão de proposta de PDS, que foi enviada aos parceiros para análise, reconhecia-se que a gestão do Projeto deveria ser da competência da “ação social das Juntas de Freguesia”. No documento provisório constava ainda como “ação tipo/indicativas despiste de interesses e expetativas com um conjunto de atividades de ativação de competências dos participantes, levando-os a definir o percurso próprio de empregabilidade”⁷.

Em síntese, pôde verificar-se que o princípio basilar de abertura à promoção do projeto competir às Juntas de Freguesia tinha sido preservado, bem como o primado do percurso de empregabilidade ser da

⁷ Plano de Desenvolvimento Social Vila Nova de Gaia 2017 – 2021, versão provisória, não editada.

responsabilidade do próprio sujeito e não fruto de ditames exteriores à sua vontade.

Por falta de tempo útil para análise desta proposta, dado que o documento não foi enviado com antecedência suficiente para o efeito, foi decidido por unanimidade fixar um período de reflexão durante o qual os parceiros poderiam ainda enviar alterações ao mesmo, tendo sido portanto marcado novo plenário extraordinário.

A marcação de novo Plenário foi justificada por quem presidiu à reunião como sendo uma possibilidade de integração de alterações, num gesto de valorização pelo seu papel neste processo.

Foi com o objetivo de ver respeitado o direito dos sujeitos a ter voz no seu percurso profissional, a concebê-lo à sua medida, a ver a sua opinião respeitada e valorizada, que o grupo de participantes do Projeto, objeto desta investigação, se mobilizou e se entregou afincadamente ao mesmo.

Pode-se por isso afirmar que o Projeto respeitou a finalidade definida, porque perspetivou o combate à pobreza e à exclusão social numa ótica de promoção do desenvolvimento local e em que todos são chamados a participar.

Os objetivos propostos foram concretizados e, não é demais sublinhar, que foi pela voz dos profissionais que se construiu uma proposta de intervenção social inovadora e participada. Como afirma Cortina

não instrumentalizar e não prejudicar as pessoas são princípios básicos, mas também o é capacitá-las para que elas possam realizar os seus projectos vitais. Não fazer a sua vida por elas, mas dar-lhes o poder suficiente para que possam fazê-lo por si mesmas. Este é o sentido da política, da economia e das ciências capacitar as pessoas para que sejam sujeitos actores das suas vidas (2009, citado por Carvalho, 2012, in Zilhão, coord., 2012, p. 123).

Por último, há que referir que este processo de revisão do PDS gerou uma outra dinâmica de diálogo e negociação entre parceiros, abrindo espaço para que a reflexão e participação possam vir a ter um outro significado no contexto da intervenção social em Vila Nova de Gaia. Isto porque, com a aprovação do novo modelo de governação proposto aquando da revisão do PDS, foram criados vários grupos de trabalho, um dos quais o “grupo de reflexão colaborativa”, cuja criação é definida para que “agregue os técnicos das instituições e projetos, com o objetivo da produção de conhecimento e qualificação da prática de intervenção na rede social e no PDS de Gaia”⁸.

⁸ Plano de Desenvolvimento Social Vila Nova de Gaia 2017 – 2021, versão provisória, não editada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Gaia Emprega +” foi um processo de aprendizagem de participação para os profissionais envolvidos e uma expressão do exercício de cidadania no contexto do Programa Rede Social.

Enquanto processo de aprendizagem no âmbito da Educação de Adultos sustentou-se num conjunto de princípios, de que se destaca o facto dos adultos participantes deste Projeto trazerem para o mesmo a sua história, as suas vivências, as suas experiências e as vozes de pessoas que não se faziam ouvir, fazendo delas o suporte de pensamento para as reflexões e ações que concretizaram (Bernardo, 2015).

Tratou-se pois de empreender um processo que ele mesmo foi autoformativo de “... transformação individual, baseado no saber-saber, saber-fazer e saber-ser” (Bernardo, 2015, p. 21). Teve uma dimensão de “formação-ação (reflexão e intervenção sobre o saber), formação-investigação (desenvolvimento de um projeto de investigação) e formação-inovação (formação implicada num processo de mudança e resolução de problemas) ” (Bernardo, 2015, p. 22), que resultou num caminho de “problematização do mundo e da análise crítica da prática” (Freire, 1977, citado por Bernardo, 2015, p. 23), que começou por ser individual e que se transformou em grupal.

Numa perspetiva freireana como participantes deste Projeto sentimos que poderíamos ser “agentes de mudança” (Bernardo, 2015, p. 31) porque fazendo uma leitura da realidade social, compreendemos o papel que conseguiríamos assumir na superação de práticas inibidoras do espaço de participação das populações socialmente mais vulneráveis.

Tomamos consciência de que como profissionais nos era pedido que implementássemos políticas sociais, em que os sujeitos interessados não

tinham lugar à opinião e à tomada de decisão, pese embora por vezes formalmente isso estivesse previsto.

A consciência crítica deste fenómeno de hierarquização, de condicionamento à cidadania, moveu-nos e permitiu-nos superar o conformismo para emprendermos um processo de mudança de educação e intervenção social.

Olhando aos princípios que norteiam o Programa Rede Social, em que a participação é fundamental e estruturante, a revisão do PDS mostrou-se estrategicamente como o momento para dar corpo à rutura de práticas, sentindo que num processo educativo transformador os profissionais podem ser “...seres que se superam, evoluem e apenas olham para o passado como ponto de partida” (Bernardo, 2015, p. 31)

Este processo participativo foi complexo, implicou diálogo franco aberto, e a construção de pensamento e ação pautou-se pela negociação, horizontalidade de posições e respeito pela diferença.

Ao adotar-se uma metodologia de investigação ação participativa cada passo, cada decisão, cada nova situação foi objeto de avaliação e a adaptabilidade a novos cenários foi uma exigência constante.

Levar o desafio que nos propusemos ao fim foi uma experiência de superação de múltiplos desafios, o que nos permitiu chegar à maior aprendizagem de todas de que “o mundo não é. O mundo está sendo” (Freire, 1997, citado por Bernardo, p. 70), por isso mesmo e, enquanto cidadãos, todos temos como responsabilidade participar na construção de uma sociedade mais justa, mais igual, verdadeiramente mais solidária e respeitadora dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

- Abreu, S. G. (2003). Programa rede social: questões de intervenção. *Interações*, 5, 67-90. Acedido em dezembro 29, 2016, em www.interacoes-ismt.com/index.php/revista/article/download/86/90
- Alves, J. E. (2010). *Parceiros em rede - Estratégias territorializadas para o desenvolvimento local nas áreas do emprego e formação*. Tese de doutoramento, Departamento de Sociologia – Instituto Técnico de Lisboa, Portugal. Acedido em fevereiro 14, 2017, em https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2119/1/TESE_Parceiros%20em%20rede.pdf
- Alves, L. A. M. (2009). A função da história. [E-F@BULATIONS / E-F@BULAÇÕES]. Universidade do Porto, Faculdade de Letras. Acedido em agosto 14, 2017, em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7245.pdf>
- Amor, T. (coord.) (2005). *Avaliação do programa rede social – relatório síntese*. Instituto da Segurança Social, I. P. Lisboa. Acedido em novembro 30, 2016, em http://www.seg-social.pt/documents/10152/147054/avaliacao_programa_rede_social/64630574-e407-4076-af8d-a147f22934b1
- Amador, S. Varela, A. & Soares, B. (2015). *Políticas sociais locais*. Associação Nacional de Municípios Portugueses, Congresso Tróia/Grândola.
- Ander-Egg, E. (1990). *Investigacion y diagnostico para el trabajo social* (segunda edição). Buenos Aires: Editorial Hvmánitas.
- Ander-Egg, E. (2000). *Metodologia Y práctica de la animacion sociocultural*. Madrid: Editorial CCS.
- Antunes, M. C. P. & Alves, E. G. (2014). Educação sexual – desafios e realidades: um projeto de intervenção comunitária na escola. *Revista de ciências sociais, americana*, 02, 160-171. Acedido em junho 7, 2017, em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/33972/1/Antunes%26Alves2014.pdf>

- Assembleia da República (2015). *Constituição da república portuguesa sétima revisão constitucional - 2005*. Acedido em fevereiro 21, 2017, em <https://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/CRPV/Ilrevisao.pdf>
- Berger, G. (2009). A investigação em educação – modelos socioepistemológicos e inserção institucional. *Educação, Sociedade & Culturas*, 28, 175-192.
- Bernardo, A. R. A. G. (2015). *Intervenção comunitária numa associação – Os desafios da educação não formal*. Relatório de estágio de mestrado, Instituto da Educação – Universidade de Lisboa, Portugal. Acedido em agosto 22, 2017, em <http://hdl.handle.net/10451/22665>
- Branco, F. (1995). Municípios e políticas sociais em Portugal. *Intervenção Social*, 11/12, 183-208. Acedido em janeiro 31, 2017, em <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/is/issue/view/82>
- Carré, P. & Caspar, P. (dir.) (1999). *Tratado das ciências e das técnicas da formação*. Coleção: Horizontes pedagógicos. Lisboa: Instituto Piaget.
- Carrilho, T. (2008). Conceito de parceria: três projetos locais de promoção do emprego. *Análise Social*, 13, 81-107.
- Cerca, I. M. L. O. (2007). *Poder local e educação: que relação?*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Economia - Universidade de Coimbra, Portugal. Acedido em janeiro 31, 2017, em http://biblioteca.esec.pt/cdi/ebooks/docentes/I_Cerca/Tese%20mestrado.pdf
- C. M. Gaia/Presidência (dir. coord. geral) (2016). *Gaia todo um mundo*. Acedido em janeiro 10, 2017, em <http://www.cm-gaia.pt/fotos/editor2/book-gaia.pdf>
- Coelho, R. P. (2012). *Gestão estratégica de parcerias em rede*. Dissertação de mestrado, IPAM – The Marketing School, Escola Superior Aveiro, Portugal. Acedido em junho 20, 2017, em https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7527/1/Rui%20Coelho%20-%20Tese%20de%20Mestrado_prot.pdf

- Coimbra, C. M. P. (2012). *Desenvolvimento e ação local: o caso do plano de desenvolvimento social de Viseu*. Relatório de mestrado, Faculdade de Economia - Universidade de Coimbra, Portugal. Acedido em janeiro 29, 2017, em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/21444/1/Desenvolvimento%20e%20a%C3%A7%C3%A3o%20local.pdf>
- Constituição da República Portuguesa*, 2005. Assembleia da República. Acedido em janeiro 10, 2017, em <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf>
- Cortesão, L. (coord.) (2001). *Revisitando Paulo Freire – Sentidos na educação*. Porto: Asa.
- Costa A. B. C. (coord.), Baptista, I., Perista, P. & Carrilho, P. (2008). *Um olhar sobre a pobreza*. Lisboa: Gradiva.
- Coutinho, C. P. (2006). *Aspectos metodológicos da investigação em tecnologia educativa em Portugal (1985-2000)*. Acedido em fevereiro 01, 2016, em <http://hdl.handle.net/1822/6497>.
- Coutinho, C. P. et al. (2009). Investigação-acção: metodologia preferencial nas práticas educativas. *Psicologia Educação e Cultura*, 12 (2), 355-379. Acedido em maio 05, 2017, em <http://hdl.handle.net/1822/10148>
- Cruz, S. A. (2010). *Rede social: o agir profissional do assistente social e o desenvolvimento social em contexto local*. Dissertação de mestrado, Instituto Superior Miguel Torga, Portugal. Acedido em janeiro 29, 2017, em <http://repositorio.ismt.pt/handle/123456789/171>
- Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho*. Diário da República n.º 114/06 – I Série A – Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Lisboa.
- Faleiros, V. P. (2010). A crise do planeamento. *Serviço Social e Saúde*, 9 (9), 83-119. Brasil. Acedido em junho, 14, 2017, em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634859>

- Ferreira, I. (2015). Governação, participação e desenvolvimento local. *Sociologia*, 30, 97-117. Acedido em abril, 24, 2017, em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/13750.pdf>
- Ferreira, J. S. P. V. (2016). *Reabilitar em saúde mental: uma abordagem integrada, integral e participada*. Projeto de Mestrado, Instituto Politécnico do Porto, Escola Superior de educação. Portugal. Acedido em abril 25, 2017, em <http://hdl.handle.net/10400.22/9539>
- Figueira, A. E. S. (2013). *Os cinco lugares de impacto da exclusão/Inclusão social (corpo, trabalho, cidadania, território e identidade)*. Dissertação de mestrado, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal. Acedido em dezembro 20, 2016, em https://repositorio.utad.pt/bitstream/10348/3142/1/msc_aesfigueira.pdf
- Finger, M. & Asún, J. M. (2003). *A Educação de adultos numa encruzilhada: Aprender a nossa saída*. Porto: Porto Editora.
- Flores, R. K. & Misoczky, M. C. (2008). *Participação no gerenciamento de bacia hidrográfica: o caso do comitê lago guaíba*. Revista da Administração Pública. Acedido em abril, 30, 2017, em <http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n1/a06v42n1.pdf>
- Fumega, S. M. G. (2013). *Trajetos de participação de atores sociais em processos de planeamento estratégico: o caso do programa rede social no concelho de Sintra*. Dissertação de mestrado, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal. Acedido em abril 30, 2017, em <http://hdl.handle.net/10071/7063>
- Gomes, D. F. V. (2015). *A mudança social em projetos de intervenção social pela arte: o caso do projeto Bando à Parte*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Economia - Universidade de Coimbra, Portugal. Acedido em janeiro 10, 2017, em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/29705/1/TESE%20FINAL%20-%20ENTREGA%20FINAL.pdf>
- Gonçalves, S. P. (coord.) (2014). *Psicossociologia do trabalho e das organizações*. Lisboa: Pactor.

- Instituto da Segurança Social (2012). IESE – Instituto de estudos Sociais e Económicos (coord. técnica). *Relatório final da avaliação do programa rede social 2010 – 2012*. Acedido em dezembro 20, 2016, em http://www.poatfse.qren.pt/content.asp?startAt=2&categoryID=510&newsID=1833&cnt_offset=80
- Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. (2017). *Desemprego registado por concelho – Estatísticas mensais*. Direção de Serviços de Estudos, Planeamento e Controlo de Gestão. Acedido em abril 17, 2017 em <https://www.iefp.pt/documents/10181/6814977/SIE+-+Desemprego+registado+por+concelhos+fevereiro+2017.pdf/eea0da65-0b66-437f-a692-691d46712772>
- Instituto Socioambiental e Apremavi (2001). *Pequeno manual para elaboração de projetos*. Acedido em junho 21, 2017, em http://prgimenez.dominiotemporario.com/doc/elaboracao_de_projetos.pdf
- Lima, R. J. S. (2003). *Desenvolvimento levantado do chão ... com os pés assentes na terra*. Dissertação de doutoramento, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação – Universidade do Porto, Portugal. Acedido em junho 21, 2017, em <http://hdl.handle.net/10216/53042>
- Maisonneuve, J. (2004). *A dinâmica dos grupos*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Marques, T. S. Queiroz, J. P. & Alves, P. (coord. global) (2014). *AMP 2020 Estratégia de base territorial*. Área Metropolitana do Porto. Acedido em abril 17, 2017, em http://portal.amp.pt/media/documents/2015/06/11/estrategia_amp_2020.pdf
- Muga, H (1998). *Representações sociais da mudança*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – Universidade do Porto. Acedido em maio 19, 2017, em <http://hdl.handle.net/10216/50330>
- Pereira, F. A. G. (2010). *A Avaliação do Impacto da Formação – Um Estudo Exploratório na Força Aérea*. Dissertação de mestrado, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa – Universidade de Lisboa, Portugal. Acedido em abril 24, 2017, em

http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/2523/23/ulfp037431_tm_tese.pdf

Perestrelo, M. (1999). *Prospectiva; planeamento estratégico e avaliação*. In 1º Congresso em Portugal sobre planeamento e avaliação de impactos sociais. Grândola. Acedido em junho, 11, 2017, em http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462e0a77b4aca_1.pdf

Pimentel, P. C. T. (2006). *Imigração e Identidade Processos que se Cruzam*. Dissertação de mestrado, Universidade Aberta, Portugal. Acedido em novembro 30, 2015, em <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/622/1/LC372.pdf>

Queirós, J. & Rodrigues, V. (2006). *Não, não somos jornalistas: uma introdução à utilização do diário de campo e da fotografia na pesquisa sociológica*. In Conferência Etnografias em contexto urbano: quatro estudos de caso. Instituto de Sociologia, Faculdade de Letras - Universidade do Porto. Acedido em maio, 27, 2017, em <http://hdl.handle.net/10216/54402>

Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais* (2ª edição). Lisboa: Gradiva – Publicações, Lda.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de novembro. Diário da República n.º 267/97 – I Série B – Conselho de Ministros, Lisboa.

Ribeiro, L. B. S. (2011). *O Serviço social nas autarquias e a sua importância para o desenvolvimento social local*. Relatório de Mestrado, Instituto Superior Miguel Torga. Coimbra, Portugal. Acedido em janeiro 31, 2017, em http://repositorio.ismt.pt/bitstream/123456789/191/1/Relat%C3%B3rio_Mestrado_SS.pdf

Rodrigues, E. V., Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes, M. M. & Januário S. (n.d.). *A pobreza e a exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal*. Acedido em dezembro 20, 2016, em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1468.pdf>

Santos, R. I. H. J. (2016). *Intervenção social em parceria – rede social de Silves*. Relatório de Mestrado, Escola Superior de Educação e Comunicação -

Universidade do Algarve, Portugal. Acedido em fevereiro 14, em <https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/8690>

Sérgio, J. C. (2003). *Mediação de conflitos em instituições educativas – manual para formação de mediadores*. Porto: Asa.

Silva, A. S. & Pinto, J. M. (org.) (2007). *Metodologia das ciências sociais* (14ª edição). Porto: Edições Afrontamento.

Teixeira, C. D. F. (2016). *Alfabetização: um sonho sem idade, tornado realidade*. Projeto de Mestrado, Instituto Politécnico do Porto, Escola Superior de educação. Portugal. Acedido em Abril 24, 2017, em <http://hdl.handle.net/10400.22/9532>

Timóteo, I. & Bertão, A. (2012). Educação transformadora e transformativa: clarificação de sentidos. *Sensos*, 2 (2), 11-26. Acedido junho, 10, 2016, em <http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/6296/1/Sensos%203%20-%20Educacao%20Social.pdf>

Vasconcelos, M. C. B. S. (2011). *A rede social do concelho de Ovar e a sua percepção do combate à pobreza e exclusão social*. Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - Universidade Técnica de Lisboa, Portugal. Acedido em dezembro 20, 2016, em <http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/3119>

Watzlawick, P., Beavin, J. H. & Jackson, D. D. (1967). *Pragmática da comunicação humana – um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação*. São Paulo: Editora Cultrix. Acedido em julho, 2017, em <https://ayrtonbecalle.files.wordpress.com/2015/07/watzlawick-helmick-jackson-pragmc3a1tica-da-comunicac3a7c3a3o-humana.pdf>

Zilhão, A. (coord.) (2012). *Investigação em trabalho social e políticas sociais*. Revista do Centro de Investigação do ISSSP: Papiro Editora.

Zimerman, D. E., & Osório, L. C. (1997). *Como Trabalhamos com Grupos*. Porto Alegre: Artes Médicas.

ANEXOS

ANEXO 1: DECLARAÇÃO



Presidência

DECLARAÇÃO

Pela presente declaração, autorizo Dalila da Graça de Azevedo Campos Monteiro Afonso, a utilizar a designação " Câmara Municipal de Gaia" e "Gaia Emprega +", para fins académicos, nomeadamente, no Relatório Final do Projeto de Mestrado em Educação e Intervenção Social - Especialização em Desenvolvimento Comunitário e Educação de Adultos.

Os elementos não poderão ser utilizados pelo autorizado ou terceiro para nenhum outro fim, além dos mencionados na presente declaração.

Vila Nova de Gaia, 26 de julho de 2017

O Presidente da Câmara Municipal

Eduardo Vítor Rodrigues

APÊNDICES

APÊNDICE 1: FICHA A1 – “DAR VOZ AOS PROFISSIONAIS”

1º Encontro de trabalho

Fichas da Ação1 – “Dar voz aos profissionais”
1º Encontro de trabalho
Tempo: julho 2016 Local: Instalações municipais
Protagonistas: profissionais dos gabinetes de ação social das juntas de freguesia do concelho, que se fizeram acompanhar dos profissionais dos gabinetes de inserção profissional existentes nessas autarquias; profissionais do departamento de ação social municipal; profissionais que integram o núcleo executivo; avaliador externo do Programa Rede Social em Vila Nova de Gaia.
Agenda de trabalho: de um conjunto de assuntos destacava-se empreender esforços para responder aos desafios colocados pelo Conselho Local de Ação Social (dar resposta à criação de bancos de recursos: banco do bebé e banco do sorriso, criação de uma incubadora para o emprego).
Metodologia de trabalho: traduziu-se numa discussão alargada em que todos os presentes, após uma curta apresentação pessoal, foram convidados a expressar a sua opinião acerca dos temas em discussão, procurando-se fomentar a interação entre todos os sujeitos.
Resultados: foram patentes as divergências de opinião acerca da efetiva necessidade de criação deste serviço em alguns territórios, nomeadamente nas freguesias com maior número de habitantes, por existirem no terreno instituições vocacionadas para este fim e que sempre que solicitadas a prestar este tipo de apoio haviam dado a devida resposta; registou-se uma heterogeneidade de realidades, freguesias com dinâmicas muito distintas, desde os recursos locais, tipo de necessidades, trabalho em rede e o posicionamento dos profissionais para um trabalho numa linha focalizada na

satisfação de necessidades básicas e outros voltados para intervenções mais estruturantes.

Síntese final: foi compreensível a ausência de consenso sobre priorizar a criação dos bancos de recursos em detrimento da área do emprego. Dos argumentos para uma inversão de posições, salientava-se o número de desempregados residentes em Gaia, a inexistência de ações/programas para jovens licenciados, a saída dos jovens licenciados para outros concelhos ou até para o estrangeiro, ao que se juntava o argumento de o emprego ser um fator estruturante nas sociedades atuais.

Decisão por maioria: manter a intenção de criar o banco do bebé, provocar o agendamento de uma nova reunião, com este propósito.

Estratégia de desocultação de opiniões: conversas informais com diferentes interlocutores, designadamente profissionais dos gabinetes de inserção profissional, motivando a sua participação no processo.

Reflexão avaliativa:

Não obstante se terem reunido pessoas numa sala, com um propósito que à partida se apresentava como bem delineado, de terem em comum trabalharem na área social, não se podia considerar que formavam um grupo de trabalho na sua verdadeira aceção. Eram sim um “mero somatório de indivíduos” (Zimmerman, & Osório, 1997, p. 28), em que os processos de interação eram de “dois grandes tipos: as interações por oposição (conflito e competição) e as interações por acomodação (combinação e fusão) cujos efeitos examina discursivamente quanto ao grau de proximidade, de igualdade e de semelhança entre os agentes e quanto à estabilidade do grupo tomado no seu conjunto” (Eubanck n.d., citado por Maisonneuve, 2004, p. 65).

A escassez de espaços de trabalho em comum pôs a claro o desconhecimento do trabalho que se realiza nos diferentes territórios.

Constatou-se que a opinião que cada profissional tinha relativamente às prioridades a ter em conta na intervenção social estava muito ligada ao seu local de trabalho, a micro realidades, sendo patente a dificuldade de perspetivar a especificidade local e uma visão macro para o concelho.

APÊNDICE 2: FICHA A1 – “DAR VOZ AOS PROFISSIONAIS”

2º Encontro de trabalho

Fichas da Ação1 – “Dar voz aos profissionais”
2º Encontro de trabalho
Tempo: setembro 2016 Local: Instalações municipais
Protagonistas: profissionais dos gabinetes de ação social das juntas de freguesia do concelho, acompanhados dos profissionais dos gabinetes de inserção profissional existentes nessas autarquias; um profissional afeto ao núcleo executivo; avaliador externo do Programa Rede Social em Vila Nova de Gaia.
Agenda de trabalho: decorreu sob a égide da continuidade da anterior. Metodologia de trabalho: discussão alargada a todos os presentes.
Resultados: deve salientar-se que a reunião teve dois momentos, no primeiro prosseguiu a dissonância de posições, prevalecendo num primeiro momento a posição de avançar com a criação do banco do bebé, surgindo uma proposta de serem as juntas de freguesia a organizar/coordenar os recursos existentes em cada local. Porque se levantavam dúvidas no que concerne à aceitação desta posição por parte de instituições que têm este tipo de resposta organizada e porque havia profissionais que não se reviam nestas tarefas, a discussão fez surgir uma reconfiguração da proposta.

No segundo momento de trabalho gerou-se a discussão sobre a proposta de criação de uma incubadora de emprego para jovens licenciados, numa conceção de incentivo ao empreendedorismo, de criação do próprio emprego.

Alguns profissionais questionaram logo com o facto dos mesmos por trabalharem nos gabinetes de ação social e não nos gabinetes de inserção profissional, não considerarem esta área de intervenção social como relacionada diretamente com o seu trabalho, o que colidia com as posições contrárias, que argumentavam no sentido do trabalho ser um direito social e os trabalhadores sociais dirigirem a sua ação no sentido da defesa e concretização de direitos sociais.

Os profissionais dos gabinetes de inserção que entenderam dar a sua participação, após terem sido incentivados diretamente a fazê-lo, alertaram para a importância de não se cair na criação de projetos sem a participação dos sujeitos interessados, de pensar-se em abrir oportunidades de trabalho distantes do modelo de formação tradicional, para além de que poucos eram os jovens que se nos seus gabinetes manifestavam vontade de criar o seu negócio. Portanto deveria pensar-se numa linha de ação que permitisse também apoiar jovens sem perfil empreendedor, que pretendem integrar-se no mercado de trabalho, enquanto trabalhadores por conta de outrem.

Esta estratégia de provocação ao diálogo teve como resultado direto chegar-se ao conhecimento de que um profissional estava a desenvolver um trabalho experimental com jovens licenciados desempregados.

Espaço à partilha: um profissional responsável por um gabinete de ação social e que simultaneamente também tinha à sua responsabilidade o gabinete de inserção profissional, explicitou em linhas gerais que o referido trabalho experimental consistia num projeto de curta duração que procura ajudar os sujeitos na procura de emprego, na identificação dos seus interesses, na definição de abordagens diferenciadas das tradicionais ao mercado de trabalho, dando-se uma atenção especial às entrevistas de emprego.

Decisões geradas por negociação: foi sentido como pertinente criar-se uma

estrutura de organização dos recursos alimentares, e outros de apoio a famílias, já existentes no concelho formada por profissionais do município, das juntas de freguesia (em sistema rotativo), da área da saúde, educação e segurança social. Para além das funções de coordenação, teria também a responsabilidade de trabalhar no sentido de conseguir a afetação de mais recursos aos mesmos fins, surgindo como exemplo a realização de campanhas públicas de recolha de bens, tendo sido por isso opinião geral trabalharem-se questões de imagem e de marketing.

Considerou-se igualmente que o núcleo executivo deveria ouvir outros parceiros locais que pudessem ser uma mais-valia na troca de informação e de experiências e disso pudesse dar conhecimento na próxima sessão de trabalho que teria como objetivo a construção, com o contributo de todos, de uma linha de ação para o trabalho com jovens licenciados desempregados.

Reflexão avaliativa:

Foi notório a necessidade de se gerarem “condições de participação: o sentimento de si e uma auto-representação suficientemente valorizados, em cada elemento participante, para poderem reconhecer o dever e o direito de contribuir, o que implica relações que favoreçam a expressão pessoal, o mais desimpedida possível” (Lima, 2003, p. 320).

Este encontro desencadeou o questionamento em tornos de aspetos fundamentais do exercício profissional: que representações têm os trabalhadores sociais sobre o âmbito da sua intervenção, como compreendem a sua participação no contexto da rede de parcerias no Programa Rede Social que faz apelo à mobilização dos atores sociais, como procuram identificar e entender os fatores geradores dos problemas sociais de pobreza e exclusão social em geral e no concelho em particular.

Tornou-se pois fulcral a questão da construção da identidade profissional que “não pode ser dissociada de dois sistemas estruturantes: a actividade instrumental (processos de trabalho, finalidades económicas, etc.) e actividade comunicacional (a interacção entre os indivíduos)” (Habermas, 1987, citado por Santos 2005, p. 130). A este propósito Leplat fala de um referencial comum a nível profissional que passa por uma linguagem técnica cujo sentido se liga à profissão em concreto e no seu seio da qual assume o verdadeiro sentido, uma conduta profissional que pode servir de modelo, regras e procedimentos (Santos, 2005).

Todavia levantou-se uma questão da maior relevância, em que medida os profissionais conseguiam abandonar representações do exercício profissional inibidoras do espaço à inovação, limitadoras do espírito crítico, conseguindo encarar momentos de reflexão como uma

janela de oportunidade ...que a realidade e o sujeito são concebidos como entidades solidárias e em mútua construção ... alicerçar-se e ser suporte de um pensamento crítico e reflexivo que permita a desocultação e contribua para a transformação de uma realidade injusta mas naturalizada e legitimada, pelos grupos dominantes como justa (Cortezão, coord., 2001, p. 54, 55 e 60).

Ficou patente neste encontro que os profissionais se mobilizavam entre duas visões, uma de pendor pragmatista e outra que advogava a rutura de paradigma interventivo.

Relativamente à primeira centra-se exclusivamente na resolução de problemas, sem questionamento da sua causalidade, pelo que a intervenção social deveria ser vocacionada para a redistribuição de bens que seria a resposta ajustada à manutenção do modelo social vigente, sustentado numa hierarquização de poderes entre agentes sociais.

A aposta interventiva seria no fomento da “capacidade humana de plasticidade, de primeiro, aprender com a experiência (com os erros) e, em segundo lugar, construir sobre esta aprendizagem, e, ao fazê-lo, aumentar a própria capacidade de aprendizagem” (Dewey, n. d., citado por Finger & Asún, 2003, p. 37). Daqui derivaria a perspectiva de que independentemente da natureza dos problemas, os mesmos constituíam sempre oportunidades de aprendizagem, havendo uma conceção de “que o que for bom para o ser humano individual é necessariamente bom para a espécie humana, e vice-versa” (Dewey, n. d., citado por Finger & Asún, 2003, p. 39).

Já a segunda focalizava-se na reafirmação da importância do poder local versus a transferência de intervenção para o sector privado, contendo o esvaziamento das funções e deveres do estado para com as populações, firmando a intervenção social no incremento dos direitos sociais.

Um discurso que incidia na importância de se pensar criticamente a sociedade, de se questionar o modelo de intervenção social, criando um espaço de construção da mesma, dando voz à população, no sentido de abrir possibilidade à contestação das opções que se tomam em termos de desenvolvimento, tendo em vista a mudança social.

APÊNDICE 3: FICHA A1 – “DAR VOZ AOS PROFISSIONAIS”

3º Encontro de trabalho

Fichas da Ação1 – “Dar voz aos profissionais”
3º Encontro de trabalho
Tempo: outubro 2016
Local: Instalações municipais
Protagonistas: profissionais dos gabinetes de ação social das juntas de freguesia do concelho, acompanhados dos profissionais dos gabinetes de

inserção profissional existentes nessas autarquias; um profissional afeto ao núcleo executivo; avaliador externo do Programa Rede Social em Vila Nova de Gaia.

Agenda de trabalho: decorreu sob a égide da continuidade da anterior.

Metodologia de trabalho: a mesma do 2º encontro.

Resultados: ponto de situação das tarefas que o núcleo se tinha comprometido levar a efeito; o profissional ligado ao núcleo executivo e o avaliador externo apresentaram o desenho de uma proposta de formação denominada “Gaia Projeto Comunidade Empreendedora”, para jovens licenciados desempregados, que tinha como particularidade conceber este público como formandos e no final de um percurso pré-determinado serem encaminhados para enveredar pela criação do seu próprio negócio.

Esta proposta motivou reparos porque os profissionais sentiam poder estar-se a caminhar no sentido do que denominavam “mais do mesmo”, em que se daria um confronto com uma realidade de pessoas informadas, esclarecidas sobre o modelo formativo, e formação não correspondia a uma necessidade sentida, bem pelo contrário dada a sua escolaridade, não se iriam rever num caminho desse tipo.

Porque o município tinha elaborado várias candidaturas ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), houve lugar à intervenção por parte de um elemento da equipa municipal que protagonizou este processo, que alertou para a possibilidade de, em caso de aprovação das candidaturas, se poderem canalizar recursos financeiros para apoiar determinadas ações a desenvolver no âmbito da empregabilidade.

Foi do entendimento geral trabalhar-se a proposta em moldes, em reunião a realizar proximamente em novembro.

APÊNDICE 4: FICHA A1 – “DAR VOZ AOS PROFISSIONAIS”

4º Encontro de trabalho

Fichas da Ação1 – “Dar voz aos profissionais”
4º Encontro de trabalho
Tempo: novembro 2016 Local: Instalações municipais
Protagonistas: profissionais dos gabinetes de ação social das juntas de freguesia do concelho, acompanhados dos profissionais dos gabinetes de inserção profissional existentes nessas autarquias; um profissional afeto ao núcleo executivo; avaliador externo do Programa Rede Social em Vila Nova de Gaia.
Agenda de trabalho: decorreu sob a égide da continuidade da anterior.
Metodologia de trabalho: a mesma do 3º encontro.
Resultados: ponto de situação dos contactos realizados entre o profissional do núcleo executivo, o avaliador externo e um dirigente do IEPF, enquadrando os resultados na proposta “Gaia Projeto Comunidade Empreendedora”, concluiu-se que tinha sido dada uma nova roupagem não indo ao encontro das observações feitas. Esta proposta foi acolhida com surpresa e motivou algumas reações de desaprovação por não respeitar a metodologia que havia sido discutida, o que levou a que alguns profissionais formulassem questões neste âmbito, tendo sido possível negociar que cada profissional pudesse pronunciar-se e enviar, via email, reformulações/contributos ao projeto apresentado, não ficando a proposta fechada.
Decisão por consenso: ficou pendente a marcação de novo encontro de trabalho.

Reflexão avaliativa:

A proposta de projeto apresentada não era uma linha de ação, mas sim uma formação pensada com o Instituto de Emprego e Formação Profissional nos moldes habituais de qualquer formação profissional, e fundamentava-se no entendimento de que qualquer ação necessitaria de recursos e de que estes só seriam acionáveis por intermédio daquela entidade pública.

Como pessoalmente não havia identificação com esta forma de abordagem, foi assumido um posicionamento de rutura, e sendo perceptível a partilha desta posição por parte de outras pessoas, foi tomada a decisão de encetar um processo de aproximação a esses interlocutores, a partir do gabinete de ação social em contexto da junta de freguesia, onde exerço a minha atividade profissional.

Deu-se assim corpo à intenção de criar uma oportunidade de trabalho em que se fez da interação a chave para um processo negocial, em que os assuntos em vista abriram consenso entre atores.

APÊNDICE 5: FICHA A2 – “INOVANDO CRIANDO UMA RESPOSTA À MEDIDA”

1ª Sessão de trabalho

Ação2 – “Inovando criando uma resposta à medida”
Fazendo alianças e construindo novas estratégias – 1ª sessão de trabalho
Tempo: novembro 2016
Local: Instalações de uma junta de freguesia
Protagonistas: reuniu profissionais de duas uniões de freguesia e de uma junta de freguesia, num total de 6 pessoas.

Eram profissionais com formações diversas - Serviço Social, Psicologia Ciências da Educação e Ciências Políticas. Os seus percursos e experiência profissional eram igualmente muito distintos, o que favoreceu um enriquecimento da reflexão, trouxe uma diversidade de perspetivas, de conhecimentos e partilha da tomada de decisão e responsabilidade pela proposta de intervenção.

Agenda de trabalho: compreender quais as perceções que cada pessoa tinha do curso que o terceiro encontro de profissionais tinha tomado em face das preocupações e das sugestões surgidas da discussão feita pelo coletivo de profissionais.

Metodologia de trabalho: reunião de trabalho.

Resultados: concluiu-se unanimemente que mais do que enviar sugestões de alteração à proposta de formação enunciada nesse mesmo encontro, deveria ser assumida a posição de criação de um modelo diferenciado de intervenção que assentasse nos princípios defendidos: *participação* de todos os interessados e não em formato de cima para baixo, em que os sujeitos são pensados como meros recipientes sem espaço de participação efetiva ao longo do processo, *proximidade* fazer da relação que existia entre os profissionais e a população uma estratégia de implicação e inovação, criando espaço a novas formas de intervenção e de reconfiguração de trabalho em parceria, *dar visibilidade ao papel das juntas de freguesia* na ótica do que é proposto pela legislação de enquadramento do Programa Rede Social, conferindo-lhes o papel de mobilizadoras locais.

Decisão por consenso: conciliadas posições, foi decidido fazer um documento a explicar a ideia de criar uma intervenção de proximidade para jovens desempregados licenciados a partir das juntas de freguesia, procurando compreender até que ponto os dirigentes, em que os profissionais presentes nesta sessão de trabalho exerciam a sua atividade profissional, estariam dispostos a abraçar a ideia e permitir aos profissionais avançar no sentido de a levar junto do núcleo executivo municipal para saber da receptividade de poder integrar a nova proposta de PDS.

Estratégia definida: abordar os responsáveis autárquicos de cada junta/união de juntas de freguesia que participou nesta sessão de trabalho, redigindo-se um documento com o objetivo de ser a base de abordagem junto dos mesmos. Seguidamente, e no caso de estar confirmado o aval político, avançar-se-ia com um pedido de reunião com o elemento do núcleo executivo da rede social afeto ao município, que fazia a mediação com os profissionais das juntas de freguesia.

Reflexão avaliativa:

O estabelecimento de alianças e a construção de novas estratégias assentou em “relacionamentos bem sucedidos ... elevados níveis de planeamento conjunto, participação, cooperação, comunicação aberta e resolução eficaz ... principais factores associados à interação e abordagem de rede” (William, 2012, citado por Coelho, 2012, p. 44).

Por isso mesmo, findo este encontro de trabalho e, dando cumprimento à estratégia delineada, os profissionais tiveram de encontrar espaço para dialogaram com os executivos das respetivas autarquias.

Os resultados desta abordagem nas duas uniões de freguesia resultou na anuência para o prosseguimento da mesma, tendo ainda sido possível conseguir a concordância dos políticos locais para que, na eventualidade do núcleo executivo não entender como pertinente a proposta, se poder avançar nos territórios abrangidas pelas uniões de freguesia em questão a partir das próprias autarquias.

O surgimento deste espaço de reflexão, em que se criaram condições para a construção de uma resposta à medida, pôs em evidência que a “integração em parcerias de rede estratégicas beneficia os seus elementos devido ao conhecimento, recursos, experiência e inovação que os outros elementos da rede possam possuir” (Coelho, 2012, p. 49), que se tornou num “processo de aprendizagem e respeito mútuos ... “ (Gonçalves, coord., 2014, p. 452).

APÊNDICE 6: FICHA A2 – “INOVANDO CRIANDO UMA RESPOSTA À MEDIDA”

Sessões de trabalho de dezembro 2016 a fevereiro de 2017

Fichas da Ação2 – “Inovando criando uma resposta à medida”
Fazendo alianças e construindo novas estratégias
Tempo: dezembro 2016 a fevereiro de 2017 Locais: instalações das uniões de freguesia
Protagonistas: profissionais de duas uniões de freguesia, pois os pertencentes a uma junta de freguesia, por estarem ainda numa fase de auscultação dos seus responsáveis autárquicos entenderam por esse motivo não dar continuidade à sua pertença ao grupo.
Agendas de trabalho: foram no sentido de se reunir esforços para se construir um dossier que integrasse o projeto piloto que tinha decorrido numa destas uniões de freguesia e que desse expressão a testemunhos de desempregados que tinha vivenciado esta experiência que se distanciava das formas de abordagem tradicionais.
Metodologia de trabalho: contactos via telefone, internet e um encontro presencial.
Resultados: dossier de apresentação da ideia que se pretendia expor junto do núcleo executivo; construção de uma apresentação em power point alusiva aos aspetos fundamentais da mesma.
Decisão por consenso: um dos profissionais ficou responsável por solicitar o agendamento de uma reunião com o núcleo executivo com o intuito de fazer chegar esta outra forma de abordagem junto de jovens desempregados licenciados.
Estratégia definida: tornar claro o surgimento deste grupo restrito de trabalho, pondo em evidência as afinidades de visão da intervenção social e a vontade expressa de serem criadas oportunidades de inovação de práticas,

dando espaço aos sujeitos de terem voz nos seus próprios percursos, fazendo uma ponte com os resultados havidos numa experiência anterior, numa lógica de trabalho grupal e individual com os sujeitos.

Reflexão avaliativa:

A estratégia pensada teve que ser contida no tempo, por se ter feito um compasso de espera enquanto se aguardava a decisão por parte da junta de freguesia que tinha tido os seus profissionais presentes na primeira sessão de trabalho. Porque a mesma não acontecia, os profissionais das duas uniões de freguesia decidiram por unanimidade, em conversas informais, avançar na sua intenção de reunir com o núcleo executivo da rede social.

Este processo decorreu sob a égide de uma negociação cooperativa, tal como a define Gonçalves (coord., 2014) tendo-se tido em atenção um conjunto de procedimentos fundamentais como argumenta Mello, (2003, citado por Gonçalves, coord., 2014, p. 452) “ a troca de informações legítimas, a construção da relação de confiança, a perceção correta do outro negociar e o respeito pelas diferentes conceções de justiça”.

APÊNDICE 7: FICHA A2 – “INOVANDO CRIANDO UMA RESPOSTA À MEDIDA”

1ª Sessão com o núcleo executivo da rede social

Fichas da Ação2 – “Inovando criando uma resposta à medida”
Fazendo alianças e construindo novas estratégias 1ª sessão com núcleo executivo da rede social
Tempo: fevereiro de 2017

Local: Instalações municipais
Protagonistas: reuniu profissionais de duas uniões de freguesia, a representante da câmara municipal no núcleo executivo da rede, que se fez acompanhar de mais dois profissionais da equipa municipal de ação social.
Agenda de trabalho: apresentação do dossier com a proposta de intervenção social junto dos jovens licenciados desempregados.
Metodologia de trabalho: reunião de trabalho.
Resultados: os interlocutores manifestaram opinião favorável a trabalhar-se numa perspetiva de proximidade, de partir de experiência feita, mas construindo novas oportunidades de intervenção conciliando os saberes dos sujeitos e dos profissionais.
Decisão por parte dos interlocutores: fazer chegar a mensagem junto do avaliador da Rede Social, uma vez que este acompanha o processo de revisão do Plano de Desenvolvimento Social, o que poderia implicar a realização de uma outra reunião para explicitação da abordagem proposta.
Estratégia definida: manter o posicionamento acordado em reunião do grupo de trabalho.

Reflexão avaliativa:

A estratégia adotada neste processo iniciou-se por “uma introdução positiva” (Gonçalves, coord., 2014, p. 453) de trabalho, fundado numa atitude de cooperação e não competição, o que granjeou frutos e conquistou a confiança dos interlocutores. Para que tal sucedesse, planeou-se cuidadosamente a abordagem, delineando-se regras a pôr em prática neste cenário negocial (Gonçalves, coord., 2014).

Havia que se ter atenção que o percurso que estava a ser feito consistia num processo de conscientização, de profissionais que intervêm no social a partir de juntas de freguesia.

Um processo a “alicerçar-se e ser suporte de um pensamento crítico e reflexivo que permita a desocultação e contribua para a transformação de

uma realidade injusta mas naturalizada e legitimada, pelos grupos dominantes como justa” (Cortezão coord., 2001, p. 60).

APÊNDICE 8: FICHA A2 – “INOVANDO CRIANDO UMA RESPOSTA À MEDIDA”

2ª Sessão com o núcleo executivo da rede social

Fichas da Ação2 – “Inovando criando uma resposta à medida”
Fazendo alianças e construindo novas estratégias 2ª sessão com núcleo executivo da rede social
Tempo: fevereiro de 2017 Local: Instalações municipais
Protagonistas: reuniu profissionais de duas uniões de freguesia (não na sua totalidade por compromissos profissionais inadiáveis), a representante da câmara municipal no núcleo executivo da rede, avaliador externo da rede social e na parte final da reunião um responsável do departamento municipal.
Agenda de trabalho: apresentação do dossier com a proposta de intervenção social junto dos jovens licenciados desempregados.
Metodologia de trabalho: reunião de trabalho.
Resultados: aceitação a esta forma de abordagem à “encomenda” surgida no contexto da reunião do conselho local de ação social.
Decisão por parte dos interlocutores: dar conta ao Plenário da Rede Social na próxima reunião a realizar, do trabalho que vem sendo feito e da intencionalidade que existe de que o mesmo seja experienciado no concelho, tendo como base promotora as juntas de freguesia. Foi consensual que havia que ser dado a conhecer ao grupo alargado de profissionais o trabalho que o grupo restrito tinha desenvolvido antes da

realização do Plenário e compreender qual a sua receptividade que havia em assumir-se o mesmo como proposta a entregar a revisão do PDS.

Estratégia definida: manter o posicionamento acordado em reunião do grupo de trabalho. Procurar compreender o posicionamento de parceiros que podem viabilizar ou obstaculizar o processo, nomeadamente o Centro de Emprego local.

Reflexão avaliativa:

Estava-se num momento crucial e desconhecia-se o rumo que próximo passo reservava, pelo que emergiram algumas questões:

Que posicionamento iria adotar o grupo alargado de profissionais? Em que media iria rever-se nos princípios de participação da proposta de intervenção?

Será que Plenário do Conselho Local de Ação Social aceitaria a recentragem da intervenção em moldes distintos dos que havia indicado?

Como se pronunciaria perante novos argumentos, opções diferenciadas de intervenção?

Qual seria o posicionamento do Centro de Emprego local uma vez que tinha uma postura muito focalizada em soluções padronizadas, universais e não participadas pelos interessados?

APÊNDICE 9: FICHA A2 – “INOVANDO CRIANDO UMA RESPOSTA À MEDIDA”

5º Encontro de trabalho

Fichas da Ação2 – “Inovando criando uma resposta à medida”
Fazendo alianças e construindo novas estratégias
Tempo: fevereiro de 2017

Local: Instalações municipais
Protagonistas: Protagonistas: profissionais dos gabinetes de ação social das juntas de freguesia do concelho, acompanhados dos profissionais dos gabinetes de inserção profissional existentes nessas autarquias; um profissional afeto ao núcleo executivo; avaliador externo do Programa Rede Social em Vila Nova de Gaia.
Agenda de trabalho: apresentação do dossier com a proposta de intervenção social junto dos jovens licenciados desempregados.
Metodologia de trabalho: a mesma do 4º encontro
Resultados: aceitação a esta forma de abordagem.

Reflexão avaliativa:

Os profissionais presentes não levantaram obstáculos a que a proposta avançasse e fosse apresentada em Plenário do CLAS.

APÊNDICE 10: FICHA A2 – “INOVANDO CRIANDO UMA RESPOSTA À MEDIDA”

Plenário do Conselho Local de Ação Social

Fichas da Ação2 – “Inovando criando uma resposta à medida”
Plenário do Conselho Local de Ação Social
Tempo: fevereiro de 2017
Local: Instalações municipais
Protagonistas: os membros que integravam o Conselho Local de Ação Social de Vila Nova de Gaia, bem como os profissionais dos gabinetes de Ação Social não obstante os mesmos estivessem na qualidade de convidados, sem direito de voto, mas com possibilidade de intervir nos trabalhos do Plenário.
Ordem de trabalhos: a revisão do PDS – ponto de situação, foi incluída no

ponto relativo à ordem do dia.

Metodologia: reunião plenária em que foi dada palavra a um dos participantes do grupo de profissionais das duas uniões de freguesia mencionadas em registos anteriores.

Resultados: conforme o previsto foi dado a conhecer ao conjunto de parceiros presentes no plenário o trabalho que estava em curso tendo por fim a criação de um projeto de intervenção social para jovens licenciados desempregados. Um trabalho que resultava da iniciativa de profissionais de duas uniões de freguesia e que procurava criar espaços de inovação no âmbito da intervenção, indo ao encontro dos princípios exarados na legislação de enquadramento ao Programa Rede Social, nomeadamente no que diz respeito à participação de todos os implicados. Esta intervenção foi enquadrada, por parte de responsáveis municipais, como um trabalho que visava integrar a proposta de revisão do PDS.

Reflexão avaliativa:

A apresentação ao Plenário da Rede Social não motivou resistências ou apreciações desfavoráveis da parte dos presentes. Sentiu-se haver um clima de expectativa e abertura para um outro questionamento acerca da forma de abordagem aos jovens licenciados desempregados, no sentido de os implicar no processo, procurando-se forma de se conseguir chegar à resposta aos seus problemas e anseios.

APÊNDICE 11: FICHA A2 – “INOVANDO CRIANDO UMA RESPOSTA À MEDIDA”

Reunião de trabalho com responsável político e um quadro dirigente municipal

Fichas da Ação2 – “Inovando criando uma resposta à medida”
Reunião do grupo alargado de trabalho com responsável político e um quadro dirigente municipal
Tempo: abril de 2017
Local: Instalações municipais
Protagonistas: este encontro de trabalho teve a particularidade de agregar profissionais, políticos, em virtude dos presidentes das juntas de freguesia terem sido chamados ao mesmo.
Metodologia: reunião plenária
Resultados: tratou-se de uma reunião com uma ampla agenda de temas, em que um deles era a revisão do PDS. Chegados a este ponto, foi dada a palavra ao avaliador externo que passou a explicar as démarches que tinham sido feitas e que envolviam o Instituto do Emprego e Formação Profissional e a Universidade Católica. Neste desenho de intervenção foram delineados 3 eixos: 1) “Gaia Emprega +” – em que a intervenção a ser experimentada passaria a incorporar uma proposta de estabelecimento de um protocolo com a supra citada entidade universitária, com o fim de ser disponibilizado acompanhamento, formação e apoio técnico aos profissionais envolvidos nas diferentes freguesias do concelho de Gaia, prevendo-se ainda a hipótese de estabelecimento de um protocolo com o IEFP para poderem ser geradas formações à medida das necessidades enunciadas pelo projeto; 2) “Agência de orientação e acompanhamento – percursos para o emprego” contemplava a proposta de criação de cursos técnicos superiores profissionais a ministrar pela Universidade Católica e o apoio técnico na criação do seu negócio; 3) “Agência da Empregabilidade” colocava em perspetiva a eventualidade de uma futura candidatura ao quadro comunitário e a criação de uma equipa multidisciplinar para apoio às freguesias.

Reflexão avaliativa:

Este encontro surpreendeu as pessoas implicadas por haver um leque tão vasto de assuntos e de interlocutores, tornando confuso os patamares de decisão e inibindo alguns dos participantes, por estarem em presença destas chefias.

A justificação para esta situação foi que por esta via se evitariam mais reuniões e rapidamente se poderiam tomar decisões, pois a finalização da proposta de PDS era premente.

APÊNDICE 12: FICHA A2 – “INOVANDO CRIANDO UMA RESPOSTA À MEDIDA”**Plenário do Conselho Local de Ação Social**

Fichas da Ação2 – “Inovando criando uma resposta à medida”
Plenário do Conselho Local de Ação Social
Tempo: julho de 2017 Local: Instalações municipais
Protagonistas: os membros que integravam o Conselho Local de Ação Social de Vila Nova de Gaia, bem como os profissionais dos gabinetes de Ação Social não obstante os mesmos estivessem na qualidade de convidados, sem direito de voto, mas com possibilidade de intervir nos trabalhos do Plenário.
Ordem de trabalhos: a proposta de Plano de Desenvolvimento Social Vila Nova de Gaia 2017-2021 constava como 1º ponto da ordem de trabalhos.
Metodologia: reunião plenária em que uma representante do núcleo executivo que acompanhou todo o trabalho de revisão fez uma apresentação sumária da proposta, constatando-se que o “Gaia Emprega +” consta do documento provisório, como um componente de intervenção que foi designado de “Gaia Empregabilidade”.

Resultados: por falta de tempo útil para análise desta proposta, dado que o documento não foi enviado com antecedência suficiente para o efeito, foi decidido por unanimidade fixar um período de reflexão durante o qual os parceiros poderiam ainda enviar alterações ao mesmo, tendo sido portanto marcado novo plenário extraordinário.

Reflexão avaliativa:

Tratava-se da primeira versão de proposta de PDS, que foi enviada aos parceiros para análise e nela reconhecia-se que a gestão do Projeto deveria ser da competência da “ação social das Juntas de Freguesia”. No documento provisório constava igualmente como “ação tipo/indicativas despiste de interesses e expetativas com um conjunto de atividades de ativação de competências dos participantes, levando-os a definir o percurso próprio de empregabilidade”.

Em síntese, pode verificar-se que os princípios basilares de abertura à promoção do projeto às Juntas de Freguesia tinha sido preservado, bem como o primado do percurso de empregabilidade ser da responsabilidade do próprio sujeito e fruto de ditames exteriores à sua vontade.

A marcação de novo Plenário foi justificada por quem presidiu à reunião como sendo uma possibilidade de integração de alterações, num gesto de valorização pelo seu papel neste processo.

APÊNDICE 13: FICHA A2 – “INOVANDO CRIANDO UMA RESPOSTA À MEDIDA”

Plenário do Conselho Local de Ação Social

Fichas da Ação2 – “Inovando criando uma resposta à medida”
Plenário do Conselho Local de Ação Social
Tempo: julho de 2017

Local: Instalações municipais
Protagonistas: os membros que integravam o Conselho Local de Ação Social de Vila Nova de Gaia, bem como os profissionais dos gabinetes de Ação Social não obstante os mesmos estivessem na qualidade de convidados, sem direito de voto, mas com possibilidade de intervir nos trabalhos do Plenário.
Ordem de trabalhos: final a análise da proposta de Plano de Desenvolvimento Social Vila Nova de Gaia 2017-2021 constava como 1º ponto da ordem de trabalhos.
Metodologia: reunião plenária em que uma representante do núcleo executivo que acompanhou todo o trabalho de revisão fez uma apresentação das propostas de alteração recebidas.
Resultados: aprovação do documento proposta do PDS.

M

MESTRADO EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO
SOCIAL, ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
COMUNITÁRIO E EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Setembro 2017